



FE

ESCOLA informação

N.º 231 junho/julho, 2020 . MENSAL . 0,50€

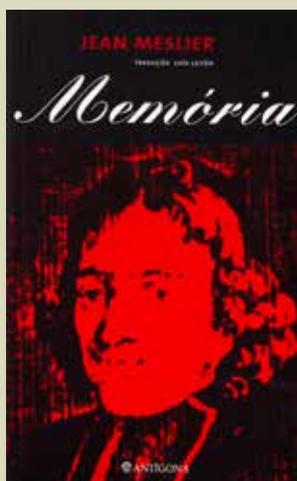
**As máquinas
não ensinam,
não formam,
não educam.**

**Nada substitui o
PROFESSOR**

Dossier

A caminho de uma escola diferente?

LEITURAS



Meslier, Jean
Memórias,
 Lisboa, Antígona, 2003

Jean Meslier (1664-1729) foi indubitavelmente um precursor das correntes mais radicais da Revolução Francesa de 1789-93, que influenciou Rousseau, o seu principal ideólogo de referência. Este padre foi também um dos mais severos críticos do catolicismo tradicional, religião oficial da monarquia absoluta francesa. Logo no início da sua Memória, sublinha a “enorme desproporção que se vê em todo o lado entre os diferentes estados e condições dos homens, em que uns só parecem ter nascido para dominar tiranicamente os outros para ter sempre os seus prazeres e contentamentos na vida

e os outros, pelo contrário, parecem só ter nascido para ser desprezíveis, miseráveis e infelizes escravos e para sofrer toda a vida na dor e na miséria” (p. 63). Tal não se deve ao mérito ou demérito de uns relativamente a outros, pois, como mais tarde defenderia Rousseau, todos os homens são naturalmente iguais, mas ao modo como a sociedade de que fazem parte está organizada. Por conseguinte, a desigualdade tem uma origem histórica e não natural. Meslier considera que esta desigualdade económica e social tem origem na propriedade privada que instaura uma competição pela posse e pelo domínio que corrompe tanto os mais pobres, como os mais ricos, pois ninguém quer privar-se em benefício dos outros dos bens que proporcionam o maior prazer e contentamento. Defensor da propriedade comum, Meslier não é, no entanto, como Platão, que injustamente elogia, e posteriormente Babeuf, um defensor do ‘comunismo grosseiro’, criticado por Marx nos Manuscritos Económicos e Filosóficos (1843-1844), já que defende que neste regime todos devem desfrutar de melhores condições de vida do que no regime baseado na propriedade privada, recebendo o fruto integral do seu trabalho, dedicando-se “ao trabalho ou a qualquer honesta ou útil ocupação, cada um segundo a sua profissão ou de acordo com o que fosse mais necessário e mais conveniente fazer, consoante os tempos e as estações ...” (p. 68). Apesar de ser um sacerdote, Meslier denuncia vigorosamente a moral anacoreta do catolicismo tradicional que

prega a renúncia aos bens mundanos a que os mais pobres poderiam ter acesso, prometendo-lhes o paraíso se estiverem dispostos a suportar uma vida de carência e miséria. Considera que “este pretenso reino do céu a que os deícolas atribuem tanta importância é tão só um reino imaginário. E é abusar da ingenuidade, da ignorância e da credulidade das gentes pretender fazê-los amar, e procurar dores e sofrimentos reais sob o pretexto de adquirir belas recompensas simplesmente imaginárias” (p. 87). À revelia do catolicismo tradicional, considera absurda a condenação ascética e autoflageladora de “todos os prazeres naturais do corpo”, bem como de todos “os desejos e pensamentos voluntários de deles gozar” (p. 88). Antecipando Diderot do Suplemento à Viagem de Bougainville (obra iniciada em 1772, mas provavelmente concluída em 1778-1779), com a sua crítica aos casamentos indissolúveis em que “os homens se sentem desgraçados e infelizes com más mulheres, ou as mulheres desgraçadas e infelizes com maus maridos, o que provoca muitas vezes a ruína e a dissolução das famílias” (p. 89). Apesar de terem passado quase três séculos da morte, Jean Meslier é um autor plenamente atual que contribuiu, como Rousseau e Diderot, para as grandes conquistas sociais e políticas de que desfrutamos.■

Joaquim Jorge Veigunha



A nossa capacidade de organização será determinante

Caros colegas

O ano letivo terminou. Um ano atípico e inesperado, que obrigou os professores a implementar em cerca de 48 horas, sem qualquer orientação da tutela, um sistema de recurso, o “Ensino à Distância”, de forma a manter os alunos no “radar”. Os professores conseguiram pôr em andamento um sistema que só foi um sucesso porque os alunos estiveram ocupados com atividades/tarefas. Conseguiram manter uma rotina de trabalho e um clima de aparente normalidade. Não baixaram os braços e mantiveram um importante elo de ligação aos alunos. Foram os professores que sustentaram esta solução, aliás suportando os custos da aquisição de equipamento informático e pacotes de acesso a redes de internet.

Claro que o sobretabalho disparou, os horários de trabalho desregularam-se ainda mais e os professores passaram a estar de “serviço” 24 horas por dia. A planificação das aulas, a elaboração de recursos didáticos, as reuniões remotas, as sessões síncronas e assíncronas, a burocracia, os mecanismos de controlo por parte de muitas direções de escolas, o cansaço, a ansiedade e o stress, a par da invasão da esfera privada, fizeram parte do quotidiano dos docentes nos últimos meses.

Este foi um período em que o movimento sindical se mostrou presente. Em junho estivemos na Assembleia da República para apresentação e discussão das petições entregues em novembro de 2019 e em maio de 2020: “Em defesa da sua dignidade profissional, os professores exigem respeito pelos seus direitos, justiça na carreira e melhores condições de trabalho” e a que reclama a realização de testes a toda a população escolar antes da reabertura dos estabelecimentos de educação e ensino. Aguarda-se o seu agendamento para a discussão no Plenário.

A 25 de junho o Ministério reuniu com a FENPROF. Esta reunião pecou por tardia, pois o ano letivo que agora encerra, pela sua excecionalidade e por todos os problemas vividos, exigiria que o próximo, em setembro, tivesse uma preparação adequada. Nessa reunião, a FENPROF lembrou que, apesar de todo o empenho dos professores nesta solução de recurso, as desigualdades acentuaram-se, e é necessária recuperar as aprendizagens perdidas. Realçou-se, igualmente, a necessidade de garantir a distribuição de equipamentos de proteção individual e a adequação das turmas à dimensão das salas, assegurando o distanciamento físico adequado.

Salientou-se, também, a importância de garantir que as respostas educativas dadas pelas escolas, sejam feitas no respeito pelo conteúdo funcional da profissão expresso no ECD e no respeito pelos limites legais do horário de trabalho e organização do mesmo.

A FENPROF lembrou o que ainda está por resolver, nomeadamente, o rejuvenescimento do corpo docente, com medidas que tragam jovens para a profissão; as questões da carreira, nomeadamente a recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias em falta; a resolução do problema da precariedade; as medidas que contemplem um regime específico de aposentação.

Este é o momento das reuniões de avaliação, dos balanços e da preparação do próximo ano letivo e do merecido descanso.

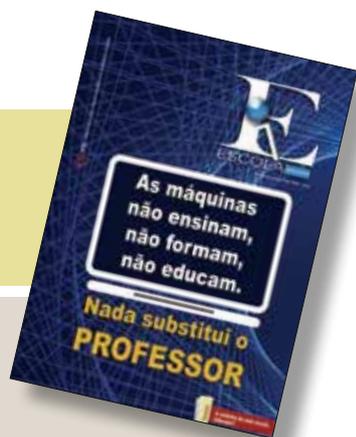
Em setembro, cá estaremos para retomar as aulas, mobilizados para a ação e para luta.

Um momento em que a nossa capacidade de organização será determinante. ■



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa .**Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguinha, Carlos Leal **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha sobre fotos de Pixabay . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

A caminho de uma escola diferente?

20 Cidadania

“Estamos todos no mesmo barco?”

22 Escola/Professores

22. A pandemia como “oportunidade”:

O Ensino Superior desmaterializado

24. É já mais do que tempo de construir

um novo paradigma de Escola
e de Sociedade

25. Os professores não pararam!

Teletrabalho ou Ensino à Distância

27. Os Aposentados mantêm

as reivindicações

28 Opinião

Já é tarde e o que aí vem...

29 Aos Sócios

31 Consultório Jurídico

Faltas por conta do período de férias

A caminho de uma escola diferente?

Entrevista com José Costa

PÁGINA

6

A escola é vida, não é máquinas

Esta maldita pandemia tornou bem claro que a escola (os professores, os alunos, os funcionários) só se realiza plenamente no contacto diário, nos entendimentos e desentendimentos, nos sorrisos e nas zangas, nos amores e desamores, em suma, a escola é vida, é presença, é olhos nos olhos.

Não sabemos o que nos espera em setembro. Na Grande Lisboa o vírus continua demasiado presente, como, aliás, um pouco por toda a Europa, sem falar da tragédia das Américas. Os professores, como todos os trabalhadores, têm o dever de exigir segurança máxima para o seu trabalho. Mas segurança não é sinónimo de medo paralisante nem de oportunismo. A escola a distância agrava as desigualdades, reduz as aprendizagens, impede socializações indispensáveis a um crescimento harmonioso. Só deve ser usada como recurso extremo, se as razões sanitárias a tal obrigarem.

Desemprego e pobreza traduzidos em “rankings”

Tal como a crise pandémica, também os “rankings” mostram as manchas de maior pobreza do nosso país. A primeira traduz-se nas zonas onde se sofre desemprego e o recurso à solidariedade para matar a fome; os segundos traduzem-se nas escolas com piores resultados nos exames. Sendo que os universos abrangidos tendem a ser coincidentes. É por isso que, se pretendem medir a qualidade das escolas e do trabalho os professores e dos alunos, os “rankings” são uma fraude, uma mentira imposta por quem pretende, de facto mesmo que o não verbalize, a criação de escolas para as elites económicas onde os seus educandos não tenham que conviver com o drama dos filhos dos desempregados, dos que só se alimentam na escola, dos que não têm net em casa. O “ranking” é dominado pelas escolas privadas. Mas é elucidativo que nesses lugares de topo não estejam as escolas privadas com contratos de associação. Essas, mais décima menos décima, não se distinguem das escolas públicas da sua zona. Continua a ser verdade que no ensino superior são os jovens provenientes das escolas públicas que mais se destacam. Por que será? ■

Miguel André



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº291 junho/julho 2020

A caminho de uma escola diferente?

“Foram os professores que provaram, mais uma vez, a importância da sua participação na construção de propostas próprias para o sistema educativo, para as escolas, e para decidir o que é melhor para os seus alunos”, sublinha José Costa na entrevista com que se inicia este dossier. A importância desta participação – quer na resposta à crise, quer para a construção de uma nova escola - ressalta nas diferentes abordagens aqui refletidas. Anabela Delgado dá-nos uma síntese do que, entretanto, já foi sendo feito na área das tecnologias de informação. A concluir, António Avelãs destaca uma ideia que também perpassa os vários testemunhos – quer de diretores de escolas/agrupamentos, quer sobre a desmaterialização dos manuais escolares – “Ensino a distância não substitui a escola nem o professor”.

Foto: Joana Rodrigues, SPGL



A caminho de uma escola diferente?

Entrevista com José Feliciano Costa

• Lígia Calapez e Sofia Vilarigues

|Jornalistas|

El - Qual é o balanço desta experiência forçada?

Eu penso que esse balanço já está feito pelos professores, e existe um grande consenso até refletido nas respostas aos questionários/inquéritos que o movimento sindical tem posto a circular, mas também na percepção que muitos de nós temos, por experiência pessoal, que este chamado “ensino” à distância é um recurso de emergência - e isso tem que ser dito - ao qual os professores recorreram, numa adaptação feita em 48 horas que exigiu de todos um esforço e uma capacidade de adaptação e uma abnegação com um único objetivo: dar todos os passos possíveis para tentar que todos os seus alunos continuassem a ter todo o apoio, que nenhum saísse do radar. Tarefa, aliás, que se veio a revelar impossível. Este processo produziu muita exclusão, principalmente nos mais frágeis, nos alunos social e economicamente mais

desfavorecidos e nos alunos com NEE. Em alguns destes, aliás, este processo pode ter provocado danos irreversíveis. Esta é uma dura realidade, e tem de ser encarada porque ajuda a preparar o futuro.

É fundamental perceber as limitações desta experiência forçada e como, consequência dessas limitações, as desigualdades dispararam e as aprendizagens foram muito limitadas. Como, aliás, já foi dito por uma professora: *isto não é ensino, não é nada*.

Que perspetivas e projetos para o próximo ano letivo?

O próximo ano letivo, disse o ministro, e foi depois confirmado na reunião que a FENPROF teve com os secretários de Estado, inicia-se entre 14 e 17 de setembro. Claro que a intenção é abrir com a normalidade do ensino presencial, mas o próprio ME foi apontando outros cenários, aliás, porque qualquer decisão tem de

ser tomada em correlação com o evoluir da situação epidemiológica do país. Portanto, há que considerar três cenários: a possibilidade da abertura total das escolas com aulas presenciais a 100% , um cenário misto, onde se mantém simultaneamente o presencial e o chamado E@D, e a eventual necessidade de manter as escolas encerradas caso surja uma nova vaga epidemiológica ou um eventual aumento desmesurado de contágios, o que configuraria o pior cenário.

Qualquer destas soluções implica respostas que têm de ser previamente preparadas. É uma situação excecional, exige respostas complexas, terá implicações profundas na organização dos espaços escolares e, como tal, no funcionamento das escolas, nos horários dos alunos, nos horários dos docentes, nas suas condições de trabalho, na vida de toda a comunidade educativa. Temos aqui matérias de negociação obrigató-

ria, como, por exemplo, os horários de trabalho dos docentes, as condições de saúde e segurança. Como é público, exigimos estar nesta negociação. Estou a falar do Despacho de Organização do Ano Letivo (DOAL) e do Calendário Escolar e de qualquer negociação que defina as linhas de organização do ano letivo de 2020/2021.

Reunimos com os secretários de Estado no dia 25 de junho e recordo que esta reunião acontece depois da ausência de resposta a cartas nossas a solicitar uma reunião e após o agendamento de uma concentração à porta do ME, marcada para o dia anterior.

Que propostas para a sua organização: criarem-se turmas mais pequenas, ser maior o ano escolar, conciliar aulas presenciais com aulas à distância? Ou outras?

Já percebemos que a exceção deste ano letivo que agora encerra terá fortes repercussões no próximo ano letivo, que se vai iniciar também num quadro atípico. Quadro que vai implicar uma preparação muito adequada e minuciosa, prevendo vários cenários possíveis, ligados à evolução da situação epidemiológica. Penso que é um dado adquirido que o “ensino” à distância agrava as desigualdades, as aprendizagens foram muito limitadas e não foi possível assegurar uma avaliação justa e rigorosa.

Estes são problemas reais, reconhecidos já pelo ME. Claro que ainda não é conhecida a real dimensão do problema, mas no próximo ano letivo terão de se aprovar medidas que visem superar os profundos défices educativos e isto implica, como é óbvio, recursos humanos e materiais.

As turmas terão de se adequar à dimensão da sala de aula, considerando sempre as regras de distanciamento físico definidas pela DGS. Isto implica, como é óbvio, turmas mais pequenas. Consideramos, e isso foi dito na reunião com o ME, que no ensino secundário o distanciamento mínimo entre alunos dentro da

sala de aula deve ser de 1,5m, e de 2 metros no ensino básico. Na educação pré-escolar o universo é diferente, crianças de muito tenra idade com grande mobilidade e por isso o proposto foi que cada grupo tivesse 6 crianças, podendo excepcionalmente ter 10.

Consideramos também que deve ser respeitado o **calendário escolar** habitual, a organização trimestral e nas escolas que optaram por semestres também, mantendo igualmente as habituais interrupções letivas. Mas dissemos ao ME que, por exemplo, o período destinado à superação dos défices educativos dos alunos provocados neste ano de 2019/2020 deve ser decidido pelas escolas, respeitando sempre o calendário escolar, pausas incluídas. Entendemos também que este próximo ano letivo deve manter suspensas as provas de aferição e as provas finais de 9º ano no ensino básico.

O ensino é presencial. Só excepcionalmente poderá não ser, por razões da evolução da pandemia, o que implica um recuo no desconfinamento. Só excepcionalmente um professor poderá ter os dois regimes. Sabemos bem o desgaste e o aumento da sobrecarga de trabalho que esta situação provoca. Portanto, a acontecer, terá de ser no restrito respeito pelos limites legais do horário de trabalho docente.

Claro que referi algumas questões que consideramos centrais, ligadas essencialmente às respostas educativas que as escolas têm que dar. Entendemos que, face aos cenários possíveis, a organização do próximo ano letivo poderá ter alguma “latitude” na sua preparação, de forma a poder rapidamente adaptar-se a novas contingências. Mas existem aspetos que importa desde já clarificar, nomeadamente o respeito pelos limites legais dos horários de trabalho dos docentes e o respeito pelo conteúdo funcional da sua carreira, quer isto dizer que, na resposta educativa que as escolas têm que dar, não podemos permitir, de modo algum, abusos e ilegalidades.

Por último, faço referência a uma

questão que é central: a adoção de todas as medidas de segurança sanitária, indispensáveis a garantir que estão reunidas as condições indispensáveis para a abertura dos estabelecimentos.

440 milhões para fazer o quê?

Que destino lhes dar?

Há propostas sindicais?

Investimento é positivo se tiver carácter estruturante e definitivo, se for utilizado efetivamente na renovação e atualização dos equipamentos informáticos das escolas, no reforço das redes de acesso e na formação de professores. Se for para reforço do “ensino” à distância, é uma péssima opção. A Escola Pública tem alguns problemas estruturais que esta pandemia poderá agravar se não forem feitos os devidos investimentos. A adaptação das escolas ao novo “normal” custa dinheiro pois implica investimentos em recursos humanos e materiais, o reforço do número de auxiliares, cuja falta já se sentia em tempos ditos normais, e que agora, com o acréscimo de trabalhos de higienização e desinfeção de espaços e o reforço de vigilância, será mais visível; o reforço de técnicos especializados para fazer face às já reconhecidas carências de aprendizagens que acentuaram as desigualdades, já existentes; também o reforço de docentes, devido à redução das turmas e à necessidade de mais apoios.

O Orçamento de Estado suplementar, por exemplo, apresentado e aprovado no Parlamento e que deveria ter, conforme anunciado, verbas para investimento público de combate à pandemia, não tem nenhuma referência à Escola Pública.

Este investimento tem de ser feito, não pode ser adiado, pois quanto mais tempo durarem os danos deste afastamento mais permanentes serão as suas dimensões negativas.

Em relação aos alunos do secundário, não pode ser ignorado que as condições em que irão chegar aos exames, exclusivamente destinados a

decidir o acesso ao ensino superior, serão muito desiguais. Que propostas há do SPGL?

Este foi um ano atípico. As escolas fecharam a 13 de março, reabriram as secundárias a 18 de maio, com todas as condicionantes já conhecidas. Portanto, o ME, neste quadro de exceção, vai tentar assegurar que o acesso ao ensino superior decorra dentro da normalidade. A decisão sobre regras, prazos e formas de acesso vai ter de se adaptar aos constrangimentos provocados pela pandemia. As instituições de Ensino Superior têm de participar nesta planificação.

Para mais tarde terá de ficar outra discussão, que também terá de envolver o Ensino Superior, que é a discussão sobre outros mecanismos de acesso; esse é um debate que urge.

Qual o papel do professor face a esta nova realidade?

Que apoios e mudanças serão necessários para evitar a fadiga extrema de que se fala no estudo da FENPROF?

Vamos falar do envelhecimento da classe docente em Portugal, que é uma realidade inquestionável.

Entre 2001 e 2018 houve uma redução de 30 mil professores, acompanhada de um significativo envelhecimento do corpo docente. Em 2019, os professores portugueses tinham em média 49 anos, mais cinco do que a média dos países da OCDE; mas diz o mesmo relatório que 47% dos professores portugueses têm 50 anos ou mais, ao passo que a média na OCDE, para essa idade, é de 34%.

O aumento dos limites de idade para aposentação, ao longo dos últimos anos, a não aceitação da aprovação das propostas para um regime específico de aposentação, nem da negociação de um regime de pré-reforma ou da negociação da possibilidade de utilização do tempo congelado para despenalizar a aposentação, têm levado a um aumento acentuado da idade média dos professores portugueses.

Este desgaste, que é próprio da idade, é acentuado pelo agravamento das condições de trabalho em que se exerce a profissão. A instabilidade de emprego, o aumento do número de turmas e do número de alunos por turma, o aumento de horas de trabalho pela desregulamentação das componentes letivas e não letivas, a excessiva carga burocrática, o aumento das situações de indisciplina e de violência exercida sobre os docentes, tornam, de facto, a situação insustentável.

Tarda o rejuvenescimento do corpo docente, o que significaria um efetivo combate à precariedade que assola milhares de educadores e professores, em todos os níveis de ensino.

A média de idades dos professores contratados que concorrem todos os anos aos concursos externos de vinculação situa-se acima dos 42 anos de idade. Também, em média, um professor vincula com 15 anos, ou mais, de tempo de serviço.

Queria aqui referir, por exemplo, o escândalo que é a situação da maioria dos poucos investigadores que, no âmbito do PREVPAP (Programa de Regularização de Vínculos na Administração Pública), obtiveram parecer favorável para a regularização dos seus vínculos. Passados nove meses após esta homologação, ainda não foram abertos os concursos que lhes permitam integrar a carreira. Deve dizer-se que muitos destes investigadores estiveram na 1ª linha do combate à COVID 19.

Este é o panorama de uma profissão desgastada, embora elogiada em alguns discursos de circunstância, que se esgotam na não adoção de medidas concretas que alterem, de facto, as condições referidas.

Estamos numa encruzilhada, que é a aposentação de quase 50% do corpo docente durante os próximos anos e a inexistência de novos professores, porque os jovens deixaram de ser atraídos para esta profissão. O que é compreensível, pois quem se sente atraído por uma profissão continuamente

desvalorizada?

Ao longo deste difícil processo os professores demonstraram grande capacidade de iniciativa para dar resposta às circunstâncias. De que modo tal deveria refletir-se numa outra forma de gerir a escola?

Parece que, afinal, aquelas plataformas eletrónicas de vigilância e controlo, que são na prática os mecanismos da administração e gestão escolar, não foram precisas. Refiro-me às plataformas que inundam as escolas e controlam tudo o que é relevante da vida das escolas, o currículo, a avaliação, número de turmas etc. Respondendo a uma situação de crise inesperada, foram os professores no terreno que, de forma abnegada, abraçaram este desafio, e tentaram chegar a todos os seus alunos, utilizando os seus computadores, reforçando nalguns casos os seus acessos à internet, expondo-se, a si, aos seus familiares, e isto tudo a expensas próprias. Trabalharam muito para além dos seus horários e foram eles sozinhos que montaram a estrutura deste designado “ensino” à distância. E isto foi acontecendo, com uma ausência quase total de orientações por parte dos responsáveis do ME.

É urgente recolocar na agenda o debate da gestão das escolas, é urgente rever o atual modelo.

Foram os professores que provaram, mais uma vez, a importância da sua participação na construção de propostas próprias para o sistema educativo, para as escolas, e para decidir o que é melhor para os seus alunos.

Não se compreende uma escola que se quer democrática, sem a democratização das suas estruturas organizacionais e sem a participação dos seus professores nestas estruturas.

Como saber o que os alunos pensam desta experiência?

Ouvindo o que eles dizem. Muitas escolas auscultaram os seus alunos e as respostas são interessantes.

O que vou referir resulta de uma

pequena amostragem de alguns resultados de várias escolas. E destas respostas percebe-se que os alunos consideram como **vantagens** desta experiência: a flexibilidade de horários, que lhes permite organizar melhor as tarefas, ou seja, e isto foi referido, ao ritmo deles; há um aumento da comunicação entre professores e alunos, apesar de ser por mensagem escrita; receberem trabalhos diariamente e bem estruturados; as tarefas da Escola Virtual são acessíveis, mais fáceis do que na escola “Real”; a rapidez com que os professores respondem; os professores continuam a estar presentes. Consideram como **desvantagens**: os sites bloqueiam muitas vezes, perdem trabalhos e têm de repetir; muito mais complicado, referem muitos alunos, mesmo quando os professores fazem o melhor para tirar dúvidas; a falta de contacto visual entre professores e alunos dificulta também; perda de contacto social com os colegas; as matérias não ficam tão bem sabidas; alguns consideram que têm mais trabalho agora do que na escola; maior distanciamento entre colegas; alguns alunos referem que acumulam trabalhos porque não sabem gerir os tempos e desregulam as rotinas.

Um aluno com muito sucesso, respondeu assim, em jeito de balanço final: “Acho que é vantajoso - podemos fazer os trabalhos às horas que quisermos e, portanto, acordamos quando queremos e podemos deitar-nos tarde. Apesar de achar que tem pontos negativos, aumenta a nossa independência e responsabilidade em cumprir todos os prazos.”

Uma aluna com dificuldades respondeu assim neste mesmo balanço: “Apesar de fazermos todas as tarefas que os professores nos dizem para fazer, e eu até consigo fazer quase todas, não conseguimos aprender muita coisa, como se estivéssemos na escola”.

Isto é uma pequena amostra do que foi uma solução de recurso, e que nos diz que o ensino não pode estar confinado em casa. Seria uma solução empobrece-



Foto: Joana Rodrigues - SPGL

dora que fomentava ainda mais desigualdades.

Num texto de opinião, Ana Maria Bettencourt considera que “Na procura de uma escola que possa fazer a diferença devem ser repensados designadamente os currículos, as práticas educativas (tão fechadas na sala de aula), os modos de avaliação”. Queres comentar?

Claro que a Escola pode e tem que fazer a diferença. Aliás, um dos pilares fundamentais para a construção de um mundo mais justo em todo o mundo são os sistemas educativos. A educação é um elevador social e permite que as pessoas compreendam que outro mundo é possível.

Em julho de 2017, o Ministério da Educação criou um grupo de trabalho, presidido pelo Dr. Guilherme de Oliveira Martins, que produziu um documento importante - “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória”. Desse documento foi feita uma apreciação bastante positiva, até porque, como foi dito na altura, rompia-se com o legado do anterior ministro da Educação, Nuno Crato, que defendia soluções

neoliberais, nomeadamente ao nível da organização curricular e pedagógica.

Este documento assenta numa visão humanista da educação e coloca a tónica em duas questões que me parecem centrais e que mudam o paradigma de referência, nomeadamente, **aprender durante toda a vida**. Portanto, a educação ao longo da vida. O documento elenca um conjunto de competências, que implicam alterações no modelo de avaliação e nos currículos. A não acontecer, não teremos mudanças substanciais e o documento transforma-se num conjunto vazio.

Também o dissemos na altura, e continuamos a dizer, que os docentes são indispensáveis para a implementação de qualquer mudança no sistema educativo, e que isso implica um conjunto de pressupostos indispensáveis a essa implementação. Desde já, mais recursos para a educação, e valorização e respeito pelos profissionais da educação. Claro que isto não se compagina com carreiras congeladas e desvalorizadas, excesso de carga horária, precariedade e ausência de rejuvenescimento. ■

Pudesse eu não ter laços nem limites

Sophia de Mello Breyner Andresen

• João Jaime

Director da Escola Secundária de Camões

Pudesse eu não ter laços nem limites, foi o lema do plano anual de atividades da Escola Secundária de Camões em 2019/2020. Pudesse eu não ter laços nem limites e poderia acreditar que há uma intenção política de verdadeiro investimento na educação e em particular na escola pública.

Entre o vasto conjunto de medidas destinadas a enfrentar a nova realidade económica e social decorrente da pandemia, o Governo está a apostar na “Escola Digital” através de um programa que pretende assegurar a universalização do acesso e utilização de recursos educativos digitais, um investimento no valor de 400 milhões de euros(?). Neste programa está prevista a aquisição de computadores, conectividade e licenças de ‘software’ para todas as escolas públicas, “dando prioridade aos alunos abrangidos por apoios no âmbito da ação social escolar”, a desmaterialização dos conteúdos⁽¹⁾ e produção de novos recursos digitais e a capacitação digital dos docentes.

Dos 400 milhões de euros prometidos uma fatia já foi destinada para resolver, e bem, a questão do amianto. Outra fatia deverá já estar no horizonte de muitas empresas que vislumbram a oportunidade de chorudos contratos, mas nada garante que esta situação não se revele uma nova “magalhãezice”, uma oportunidade de negócio para alguns sem que se tornem evidentes os efeitos na melhoria da Educação a médio e

a longo prazo. Esta é uma via que pode legitimar interesses e tentações poderosas e perigosas dos vendedores. Quantas destas fatias estão destinadas ao plano A? E ao B? E ao C? Quais são estes planos? Em que consistem? Porque não são divulgados nem discutidos pela comunidade educativa e pela sociedade portuguesa?

O investimento em equipamento tecnológico é, há muito, exigido pelos responsáveis das escolas públicas, pelo que fornecer computadores às escolas e aos alunos carenciados é uma medida que devemos aplaudir, sobretudo ao fim de uma década que teve poucos ou nenhum investimento nesta área. Mas é uma ilusão acreditar que o equipamento tecnológico resolve os problemas da educação, mesmo no contexto de pandemia em que vivemos. No campo do ensino misto ou totalmente online, os maiores desafios são de caráter pedagógico, didático e comunicacional. Há competências que é preciso desenvolver e que são específicas deste contexto. As soluções do E@D, principalmente quando esta é a única modalidade de ensino, não permitem chegar a todos os alunos incluídos na escolaridade obrigatória acentuando as assimetrias e desigualdades.

É certo que foi o online que, no auge da pandemia, nos manteve ligados uns aos outros e ao mundo e foram as metodologias (ou uma sombra delas) do ensino a distância (E@D) que deram resposta a uma situação imprevista e inusitada.

Mas aquilo que foi, como muitos adequadamente referiram, o en-

sino remoto de emergência, feito sem qualquer experiência ou formação dos docentes no contexto do E@D/online, assente no voluntarismo de professores, das escolas e das famílias, não pode constituir-se na solução para o próximo ano letivo caso as circunstâncias, como tudo parece indicar, a isso obriguem. Não estaremos, como em março, quase em final de ano letivo, nem poderemos invocar surpresa face à situação. Desta vez é necessária uma abordagem mais sólida, mais planeada e mais fundamentada. É preciso dar aos professores uma formação mínima para desenvolverem a docência em regime misto ou totalmente online, para que possam fazê-lo com a qualidade desejada. É preciso que as escolas, tendo em conta as suas circunstâncias específicas, tenham flexibilidade para gerir horários, horas de escola e metodologias. É preciso contratar os professores necessários para cumprir a oferta educativa e o ensino, apoio e acompanhamento dos alunos neste quadro excecional.

Ensino presencial ou E@D uma coisa ficou clara: o professor é o denominador comum e é fundamental no processo de ensino aprendizagem. Onde fica a formação inicial de professores? Onde está a criação de uma carreira docente aliciante que capte e motive os nossos jovens para virem a ser professores e desta forma permitirem o rejuvenescimento de um corpo docente envelhecido e sem oportunidade, em muitos casos, de “passar o testemunho”?

Apesar do enorme esforço de es-

colas e professores, desde o início do E@D de emergência ficou claro que as desigualdades se acentuaram, muitos alunos perderam o contacto com a escola e as suas aprendizagens ficaram comprometidas. Os alunos com necessidades especiais sentiram as acessibilidades e apoios específicos comprometidos e a ausência de orientações da tutela, muitas vezes contraditórias, promoveram nas escolas uma dispersão de opções relativamente à organização de práticas e metodologias que agravaram múltiplas situações de desigualdade. Se recordarmos o trabalho realizado pela FENPROF, 93,5% dos docentes entende que se agravaram as desigualdades entre alunos sendo que mais de metade, 54,8%, continuava na altura da resposta sem conseguir contactar com todos os seus alunos, através da net ou por outras vias.

Como é reconhecido, os professores reinventaram a sua profissão, de forma a conseguirem continuar a acompanhar e a ensinar os seus alunos a partir de casa onde, mais uma vez, disponibilizaram os seus equipamentos pessoais ao serviço da profissão e ultrapassaram limitações para cumprir uma resposta de emergência que, ainda que não tivesse outras vantagens, permitiu manter um importante elo de ligação entre os alunos e a escola.

Mas, setembro está já aí, com um futuro incerto, uma gigantesca tarefa de recuperação de aprendizagens, de recuperação de alunos, de recuperação do impacto negativo e significativo que estes meses de confinamento sem escola terão causado nos alunos e, em particular, nos alunos com necessidades especiais. Quando se fala em prolongar, ainda que de forma parcial, a experiência do E@D no próximo ano letivo, não é aceitável que se queira transformar a boa vontade habitual dos professores num modelo de referência, numa tentativa falaciosa de reconstruir uma escola para o século XXI. Se assim for, o Ministério da Educação deve assumir a responsabilidade de fornecer os equipamentos e os recursos

necessários, incluindo formação e contratação de docentes, para que esse trabalho seja feito. Mas se assim fosse... não deveríamos estar numa MEGA operação de devolução/entrega de manuais escolares, mas sim a criar condições para a sua digitalização e distribuição de respetivas licenças e demais passos na concretização deste objetivo.

Assim, parece imprescindível que para o próximo ano se deve:

a) Conhecer com rigor a situação em cada escola ou agrupamento, no que diz respeito a questões

uma das disciplinas seja reduzido e que sejam finalmente adaptados ao presente e ao futuro as opções de avaliação - interna e externa. A aposta desejada na avaliação formativa carece de condições específicas para a sua aplicação, nomeadamente a redefinição do número de alunos por turma, a constituição de grupos de tutorias, o reforço dos dispositivos de apoio específico a alunos com necessidades acentuadas e a alunos com necessidades especiais reforçando os recursos das EMAEI (considerar o reforço de profissio-

1) Universalização da Escola Digital

<https://pees.gov.pt/social/>

A resposta da pandemia da doença COVID-19 evidenciou uma necessidade estrutural que já estava bem identificada e caracterizada: a necessidade dotar as escolas, os docentes e os alunos para o desenvolvimento de competências digitais no trabalho escolar. No próximo ano letivo serão implementadas as medidas que permitirão incrementar esta estratégia, através de diferentes fases que permitam alcançar a universalização do acesso e utilização de recursos didáticos e educativos digitais por todos os alunos e docentes. Assim, numa primeira fase prevê-se:

- Ao nível infraestrutural, adquirir computadores, conectividade e licenças de software para as escolas públicas, de modo a permitir-lhes disponibilizar estes recursos didáticos aos seus alunos e docentes, dando prioridade aos alunos abrangidos por apoios no âmbito da ação social escolar até se alcançar a sua utilização universal;
- Desenvolver um programa de capacitação digital dos docentes;
- Incrementar a desmaterialização de manuais escolares e a produção de novos recursos digitais.

Destinatários: Alunos e docentes

Montante: 400 M€

Financiamento: Fundos comunitários

Responsáveis: MEED/MEdU/ MPlan/ MCT

2) <https://rr.sapo.pt/2020/06/04/pais/covid-19-governo-aprova-400-milhoes-de-euros-para-universalizacao-da-escola-digital/noticia/195539/>

<https://www.publico.pt/2020/06/04/sociedade/noticia/escolas-pagam-investimento-400-milhoes-anunciados-costa-1919508>

pedagógicas (competências a desenvolver, conteúdos a recuperar, projetos a atualizar, avaliações a aferir);

b) Definir com clareza quais as opções curriculares e de avaliação externa previstas para o próximo ano. Para que seja possível recuperar aprendizagens é imprescindível que o currículo de cada

nais de psicologia da educação), o reforço dos créditos horários das escolas e, em última linha, a alteração do modelo de acesso ao ensino superior;

c) Investir em recursos humanos – professores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. No que se refere à contratação de docentes não é visível no Programa de

Estabilização Económica e Social e no Orçamento Suplementar este investimento. Neste quadro o Ministério admite a contratação de professores “se for necessário”, o que não é particularmente animador.

É preciso haver algum cuidado, caso contrário, mais do que aproveitamento da oportunidade, estaremos perante um grande oportunismo, o de uma solução de recurso que implementou da noite

para o dia, num clima de aparente normalidade, e que pode, em última instância, vir a terminar, passada a pandemia, no lucro de alguns, numa coleção desconexa de más práticas educativas e pedagógicas, e num parque de equipamentos que, com o tempo, rapidamente se tornará obsoleto e sem qualquer impacto positivo nas aprendizagens, como aconteceu com experiências anteriores. Muito falta planear e principal-

mente muito falta atuar! É fundamental que reivindicemos todas as opções políticas na educação que de uma forma ponderada, refletida e amplamente discutida permitam o verdadeiro investimento na escola pública. ■

(1)<https://tek.sapo.pt/noticias/internet/artigos/governo-garante-licencas-de-manuais-digitais-para-os-alunos-ainda-este-ano>

Investimento na universalização da escola digital

• João Martins

Diretor de Agrupamento de Escolas Lindley Cintra

Tecer algumas considerações sobre a recente decisão do Conselho de Ministros no âmbito da consignação de verbas para a educação integrada no Plano de Estabilização Económica e Social é, de certa forma, uma tarefa promissora dado poder afirmar-se com alguma segurança que, tratando-se de verbas financiadas pelos fundos comunitários, não serão alvo de qualquer tentativa de cativação.

Assim sendo, coloca-se obviamente o tema do timing em que os efeitos da medida se concretizarão, ou seja, quando é que efetivamente os equipamentos e demais medidas anunciadas estarão no terreno, devendo realçar-se a necessidade de uma rigorosa transparência no processo de aquisição dos vários bens e serviços.

Em boa verdade deve ser dito que a universalização da oferta que estes recursos irão permitir ou potenciar, não farão por si só desaparecer as desigualdades que alguns setores, apenas agora, a

propósito do lançamento (forçado) do ensino a distância, parecem ter descoberto. E neste campo deverá também referir-se que, ao nível do parque escolar (falamos do edificado), acentuou-se um fosso enorme entre as escolas que foram alvo de requalificação e as escolas que continuam lentamente numa agonia de degradação, não apenas física, mas também de ordem estrutural, que igualmente agravam as desigualdades dos alunos no acesso ao ensino, já que as condições oferecidas são diferentes. Isto para dizer que também neste capítulo haverá ainda muito por fazer e investir.

Mas recentrando-nos neste anúncio da ordem de 400 milhões de euros e de acordo com alguns dados que foram tornados públicos, merecerá absoluto consenso a sua utilização em termos de reapetrechamento das escolas, recordando que o último investimento de monta feito neste domínio remonta há mais de uma década o que, em termos informáticos, representa uma enormidade temporal. De resto esta questão da renovação do

parque informático colocava-se e coloca-se com enorme acuidade nas nossas escolas.

Assim, as três linhas de força apresentadas como sendo as grandes linhas orientadoras deste programa, penso merecerem consenso generalizado:

1. Por um lado, adquirir equipamentos e licenças de software quer para as escolas quer para os alunos (dando neste caso prioridade aos alunos abrangidos pela ASE).

2. Concomitantemente avançar nesta área com plano de formação específico para os docentes.

3. Dar passos firmes na desmaterialização dos manuais escolares.

Uma última palavra de alerta para uma realidade que os recentes acontecimentos vieram confirmar revelando (apenas para os mais distraídos) fragilidades económicas familiares não contempladas com o ASE, pelo que deverá ser equacionado também apoio para as famílias na aquisição de equipamentos informáticos, no mínimo para aquelas que manifestem essa intenção, justificando-a devidamente. ■

Condições para a desmaterialização dos manuais escolares

• **Albertina Pena**
Dirigente do SPGLI

Logo que, numa inovação, nos mostram alguma coisa de antigo, ficamos sossegados.

Friedrich Nietzsche ⁽¹⁾

Antes de falar de desmaterialização dos manuais escolares temos de falar de condições de aprendizagem e do acesso às aprendizagens, pois falta muito para cumprir o estabelecido na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente quanto ao princípio: “*Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar*”. A educação não tem sido uma prioridade para sucessivos governos que não a têm considerado como um bem essencial nem como um direito fundamental.

A desmaterialização dos manuais escolares, bem como de outros recursos, não constitui por si só uma medida que promova o acesso, sem discriminação, às aprendizagens nem garante uma efetiva igualdade de oportunidades. De que adianta a desmaterialização dos manuais escolares se não existir o equipamento de suporte a esta desmaterialização? Acresce que vivemos num país em que as escolas têm equipamentos tecnológicos desatualizados, obsoletos e onde o acesso à rede de internet é para grande parte da população insuficiente ou mesmo inexistente.

As economias familiares, com perdas de poder de compra e o aumento do desemprego, não conseguem suportar o aumento

das despesas com a aquisição de equipamentos de suporte aos manuais escolares digitais e a outros recursos online. Por outro lado, o acesso a estes equipamentos também não poderá ficar dependente das autarquias porque, mais uma vez, um direito universal ficaria na dependência das prioridades municipais, dos orçamentos locais e de possíveis aproveitamentos eleitoralistas circunscritos a momentos de campanha.

As escolas necessitam de dispositivos tecnológicos atualizados e em número suficiente para uma total abrangência de todas as crianças. O investimento na universalização da Escola Digital não poderá deixar ninguém para trás e o acesso tem de ficar garantido para todas as crianças. Na ausência dessas condições, as desigualdades vão, por certo, acentuar-se.

A acontecer, a desmaterialização dos manuais escolares deveria implicar, como é evidente, uma atualização do equipamento das escolas. Por outro lado, não se concebe que esta medida, orçamentada em milhões de euros, se limite a transformar os manuais já existentes em papel em digital, por forma a que os mesmos passem a ser o mesmo, mas com a possibilidade de serem projetados nos quadros interativos, nos computadores, nos *tablets*, nos *smartphones*, etc. É fundamental que se invista, prioritariamente, na revisão curricular há tanto

tempo esperada, no sentido de compatibilizar normativos que se contradizem entre si. É igualmente necessário despir os manuais de preconceitos e estereótipos ainda presentes em muitos deles. Não é apenas pela forma que se devem fazer as alterações de fundo, mas atender a reformulações de conteúdos e de currículos que, para além de extensos, são muitas vezes desadequados.

Nem só de equipamentos tecnológicos vivem as escolas e, quanto ao investimento previsto, este deveria também abranger o equipamento de bibliotecas e recursos humanos, para um acompanhamento mais individualizado das crianças, tão necessário à recuperação das dificuldades resultantes deste período de pandemia. Por outro lado, também é necessário investir na formação docente e na atribuição aos docentes de equipamentos que lhes permitam um melhor desempenho da sua atividade, a qual tem sido assegurada a expensas dos próprios. A iliteracia digital ainda se faz sentir ao nível das comunidades educativas, com predominância para setores sociais mais desfavorecidos, o que acentua as desigualdades de oportunidades no acesso à educação.

A situação de pandemia em que vivemos veio acelerar um processo já previsto em 2017 aquando da aprovação da Lei n.º 72/2017, artigo 2.º, alínea f) - *Fomento, desenvolvimento e generalização da*

desmaterialização dos diversos recursos educativos, o qual não está concluído.

No programa PEES estão previstos 400M para *incrementar a desmaterialização de manuais escolares e a produção de novos recursos digitais*. Quanto a este montante, seria desejável que, na sua grande maioria, não se destinasse, fundamentalmente, ao financiamento de grandes grupos editoriais, os quais, aproveitando-se desta situação, se habilitarão à tão propalada desmaterialização dos manuais escolares e outros recursos digitais. Para além do financiamento de todo este processo e negócio editorial, provavelmente ainda será necessário custear avultadas licenças de acesso aos referidos manuais escolares digitais, o que corresponderá a mais um encargo financeiro para os/as encarregados/as de educação.

As vantagens enunciadas para a

desmaterialização dos manuais escolares e outros recursos educativos, como sejam, as causas ambientais através da redução de papel, a redução das deslocações em transportes para a distribuição dos manuais escolares e a redução do peso das mochilas, sendo causas justas não poderão ofuscar as dificuldades ainda existentes na obtenção de equipamentos por parte de muitas famílias. Além de terem um preço elevado, estes equipamentos avariam com frequência, ficam desatualizados com muita rapidez, exigem atualizações frequentes e, obviamente, comportam um acréscimo de custos.

Nas escolas deverão ser criadas condições para que este processo de digitalização não acentue as desigualdades no acesso à educação. Há muito que deveriam ter sido criadas estruturas para que as aprendizagens não se limitassem ao uso dos manuais escolares e

para que os alunos pudessem deixar os materiais (manuais e outros recursos) nas escolas, local privilegiado de aprendizagem, através da organização de salas equipadas com diversos dispositivos para este efeito.

Sobretudo, importa que a digitalização dos manuais não se configure como mais um negócio lucrativo para as editoras, deixando de fora quem não tem condições económicas para a aquisição de equipamento e de licenças que permitam o acesso a estes recursos digitais.

A atratividade da Escola Digital não poderá ocultar o essencial: a garantia de acesso a uma educação de qualidade para todos/as, onde o conhecimento não fique limitado pelo prazo de validade dos equipamentos que o sustentam. ■

(1) https://www.pensador.com/autor/friedrich_nietzsche/

A riscar também se aprende

• **António Anes**

Dirigente do SPGLI

O Governo, pela voz do seu primeiro-ministro anunciou, há algumas semanas, que vai lançar um programa para assegurar a universalização do acesso e utilização de recursos educativos digitais. Foi necessária uma dramática pandemia, que expôs a situação calamitosa em que sucessivos governos deixaram a educação e as escolas incapazes de fazer face às desigualdades evidenciadas por uma significativa parte da população estudantil, no que aos elementares instrumentos de acesso ao ensino a distância diz respeito, para tão estridente propaganda. O investimento custará 400 milhões

de euros! Uma das medidas que propõe é o apoio à produção de novos recursos didáticos e educativos, no sentido de incrementar a desmaterialização de manuais escolares. E é a este aspeto que gostaria de me restringir nas notas que se seguem.

O assunto não é novo. Desde 2017 que a Assembleia da República aprovou uma lei para fomentar a desmaterialização dos manuais escolares. A argumentação da devastação da floresta e o alívio do peso das mochilas dos alunos foi então muito valorizada. Obviamente muito válida, mas, a esta argumentação, contrapõe-se uma outra que eu corroboro e que minimiza esses custos com a capacidade de reciclagem dos nossos dias (nos jornais e nos

livros, chega a 80% a utilização de fibras recuperadas em novas publicações) e o peso das mochilas poderá hoje ser muito aliviado com a disponibilização pelas escolas de cacifos para todos os alunos.

Interessa então nesta altura perceber quais as vantagens dos manuais escolares de formato analógico cujo título desta breve exposição desperta. Começemos pelo princípio: E se a transição digital no acesso à internet e a computadores será um enorme benefício, principalmente se novas vagas da pandemia nos obrigarem a novas respostas educativas de recurso, já a “retirada do ensino da relação com um mundo em que somos analógicos, e pensamos de forma analógica, e os



ossos sentidos são analógicos, então, com muitas luzinhas e animações e virtualidades, entramos numa nova forma de escolástica muito pobre” (Pacheco Pereira, Público de 20 de Junho). Já em fevereiro de 2019 se noticiava que um conjunto de investigadores, entre eles Ladislau Salmerón, num estudo em que foram analisadas as respostas de mais de 171 mil participantes, tinham chegado à conclusão de que existe uma “superioridade do papel” – quando se lê em papel, a compreensão do que é lido é maior, ao contrário do que acontece quando o mesmo conteúdo informativo é lido em ecrãs.

Esta investigação parece suportar a minha intuição e experiência nas inúmeras vantagens da utilização dos livros escolares como ferramenta de estudo onde, naturalmente, **tomar notas, sublinhar, numerar, pintar, enfim, riscar são fundamentais** e deverão ser possíveis sem nenhum constrangimento. Estas técnicas ajudam a melhorar a compreensão de um texto, principalmente um texto informativo, devido ao esforço cognitivo e de atenção que implicam, e são muito eficazes para lembrar mais rapidamente os assuntos abordados nas aulas. Pelo contrário, os alunos adotam um “estilo de processamento mais superficial” quando estão a ler num formato digital, podendo também estar envolvida uma falha na qualidade e na capacidade de atenção. Segundo Ladislau Salmerón, “quanto mais as pessoas utilizarem os meios digitais para estas interações superficiais, mais difícil será usá-

-los para tarefas desafiantes”. A liberdade de escrever nos livros é essencial no processo de aprendizagem, que nunca deveria ser posta em causa.

É, pois, leviana e preocupante a ideia de propor, para já, a substituição de livros por recursos digitais, sem estarem apuradas as consequências que daí podem advir para os alunos, em sede de desenvolvimento cognitivo. Melhor será que a adoção de manuais escolares contemple, de forma gratuita, instrumentos e licenças digitais complementares, que possam ser utilizados em diferentes contextos educativos, acautelando a necessidade de suportar, de novo, soluções de ensino excecionais e de recurso como é o ensino a distância.

E a propósito de tantos milhões à solta é curioso que este governo exija também, como em anos anteriores, a contestada entrega dos manuais escolares no sentido da sua reutilização, quando ao mesmo tempo anuncia, para o próximo ano letivo, a necessidade mais que óbvia de recuperação de aprendizagens destinando até, qual autonomia das escolas e dos professores, 5 semanas do calendário escolar! Com que apoio os alunos poderão acompanhar as necessárias recuperações que os professores desenvolverão na sala de aula, muito suportadas nos conteúdos apresentados nos manuais escolares? Em educação, convém lembrar, o dever de investimento deve sempre sobrepor-se à pequena satisfação da poupança e é até obsceno, neste

contexto, a miserabilista obrigação de entrega dos manuais escolares. Esta insistência do governo em exigir a devolução dos manuais escolares no final do ano letivo é claramente discriminatória e prejudicial ao processo de aprendizagem. Os alunos, para quem esta medida foi pensada (os mais desfavorecidos), deveriam ficar sempre isentos de quaisquer custos da não restituição dos livros escolares que lhes são emprestados no início do ano, se assim o desejassem.

E se há tantos milhões a voar, que haja pequenos bandos que poísem nas escolas, locais privilegiados para fazer face à falta de apoios tecnológicos que um número significativo de alunos manifestaram sentir durante esta pandemia e que se apetrechem as escolas com equipamentos informáticos e banda de internet que suporte o fluxo de navegação que uma comunidade educativa necessita, e não vão todos poisar nos grandes grupos editoriais ou grandes empresas fornecedoras de serviços digitais.

Com um ministro da Educação à deriva, não se vislumbra qualquer capacidade de comandar a atual equipa do ME e encontrar soluções concretas para os problemas enunciados e temo que, mais uma vez, se deixem escapar as oportunidades reais de os ultrapassar. E é por isso que há necessidade de estarmos atentos, vigiar muito de perto qualquer desbaratar de tantos milhões e, na altura certa, pedir contas aos autores caso se verifique tamanha irresponsabilidade. ■



Conhecer o que se fez para que se possa fazer melhor

• **Anabela Delgado**

Dirigente do SPGLI

Recentemente foi anunciado pelo Governo uma verba de 400 milhões de euros provenientes de fundos comunitários para dotar as escolas, os docentes e os alunos das condições necessárias ao desenvolvimento de competências digitais na educação. Tal anúncio coincidiu com o início da pandemia Covid-19 e o encerramento dos estabelecimentos de educação e ensino no país. Parece ser propósito do governo avançar com este plano faseadamente de modo a alcançar os seguintes objetivos:

- Ao nível infraestrutural, com a aquisição de computadores, conectividade e licenças de *software* para as escolas públicas, de modo a permitir-lhes disponibilizar estes recursos didáticos aos seus alunos e docentes, com prioridade para os alunos abrangidos por apoios no âmbito da ação social escolar até se alcançar a sua utilização universal;

- Ao nível da formação, com o desenvolvimento de um programa de capacitação digital dos docentes;

- Ao nível dos recursos digitais, incrementar a desmaterialização de manuais escolares e a produção de novos recursos digitais.

O programa surge como uma resposta ao combate às desigualdades todos os dias bastante evidentes na sociedade em geral, vivenciadas diariamente nas escolas. Desigualdades que parece apenas terem sido apreendidas por alguns com a implementação do designado por “ensino a distância”, como recurso para apaziguar as consequências desastrosas na sequência do afastamento presencial das escolas de milhares de crianças e jovens, durante três meses.

Na verdade, o reequipamento tecnológico das escolas é evidentemente necessário, o último programa tem mais de uma década – o PTE - Plano Tecnológico da Educação de 2005/2010. Embora

não sendo apenas esta a medida que contribuirá para a solução das desigualdades sociais e financeiras da população escolar, é verdade que, a acontecer, um programa de ação realista e adequado ao perfil dos destinatários, isto é, voltado para as reais dificuldades das escolas no âmbito das tecnologias de informação, que não se limite à mera distribuição de equipamentos e licenças, será um passo positivo.

Breve síntese cronológica da evolução das tecnologias de informação nas escolas em Portugal (equipamentos e formação)

A partir dos anos 80 teve início a utilização pedagógica do computador nas escolas, de forma mais ou menos aprofundada, nos vários projetos e programas criados pelo Ministério da Educação. O mais relevante, e que marcou um período importante de avanço

e divulgação das TIC na Escola, foi o Projeto Minerva (Meios Informáticos no Ensino: Racionalização, Valorização, Atualização - 1986/1994), criado pelo Despacho n.º 206/ME/85 de 31 de Outubro, que resultou de um acordo entre um grupo de investigadores universitários e o Ministério da Educação. A coordenação das atividades ficou a cargo dos Polos Minerva localizados em diferentes instituições do ensino superior.

Seguiram-se-lhe outros: o IVA (Informática para a Vida Ativa - 1990/91); o FORJA (Fornecimento de Equipamentos, Suportes Lógicos e Ações de Formação de Professores 1992/93).

Em 1995, o Ministério da Educação criou o Programa EDUTIC (Educação para as Tecnologias da Informação e Comunicação), o qual visava dar continuidade às atividades do Projeto Minerva. Este programa foi transformado posteriormente no Programa Nónio Século XXI (1996).

O Programa Nónio Século XXI tem como objetivos: apetrechar com equipamento multimédia as escolas dos Ensinos Básico e Secundário e promover a formação dos professores; apoiar o desenvolvimento de projetos de escolas em parceria com instituições especialmente vocacionadas para o efeito; incentivar a criação de *software* educativo e dinamizar o mercado da edição, promover a disseminação e intercâmbio nacional e internacional de informação sobre educação através do apoio à realização de simpósios, congressos, seminários e outras reuniões de carácter científico-pedagógico.

Em julho de 1996 surge o Programa Ciência Viva. Tem como missão a promoção da educação científica e tecnológica junto dos jovens e na população escolar do ensino básico e secundário.

O Ministério da Ciência e da Tecnologia, por seu lado, promoveu iniciativas no âmbito da introdução das tecnologias de informa-

ção na escola e, sobretudo, da promoção do uso educativo da Internet, nomeadamente o Programa Ciência Viva e o Programa Internet na Escola.

O Programa Internet na Escola é implementado em 1997. Insere-se no quadro das iniciativas governamentais orientadas para a Sociedade da Informação, designadamente no conjunto de medidas contidas no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal. Pretendia-se a ligação de todas as escolas de ensino não superior com um computador multimédia através da ligação do tipo RDIS (Rede Digital Integradora de Serviços).

Em 2005, no âmbito do Ministério da Educação, a Equipa de Missão CRIE (Computadores, Redes e Internet nas Escolas), pretendeu dar um novo rumo à problemática das TIC na escola. Como pode ler-se no Despacho n.º 16 793/2005: “A equipa tem como missão a conceção, desenvolvimento, concretização e avaliação de iniciativas mobilizadoras e integradoras no domínio do uso dos computadores, redes e Internet nas escolas e nos processos de ensino-aprendizagem”.

A missão atribuída à Equipa de Missão CRIE estruturou-se em quatro áreas principais de intervenção: promover a integração das TIC no currículo; apoiar o apetrechamento e manutenção dos equipamentos informáticos das escolas; dinamizar projetos de utilização das TIC e promover a formação de professores neste domínio.

A Equipa de Missão CRIE lançou, no ano letivo 2005/06, três iniciativas de âmbito nacional que tiveram reflexos ao nível da integração das TIC nas escolas: a divulgação de um documento de definição do perfil do professor-formador em TIC, acompanhado da promoção de iniciativas de formação de professores em TIC utilizando técnicas e tecnologias de suporte a distância; a abertura do “1.º Concurso de Produção de

Conteúdos Educativos” e o lançamento da iniciativa “Escolas, Professores e Computadores Portáteis”.

Em 2007 é criada a Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas/Plano Tecnológico da Educação (ERTE/PTE) e extinta a equipa multidisciplinar ECRIE, criada pelo despacho n.º 15322/2007. A esta equipa competia, genericamente, conceber, desenvolver, concretizar e avaliar iniciativas mobilizadoras e integradoras no domínio do uso das tecnologias e dos recursos educativos digitais nas escolas e nos processos de ensino-aprendizagem, abrangendo, nomeadamente, as seguintes áreas de intervenção:

- a) Desenvolvimento da integração curricular das Tecnologias de Informação e Comunicação nos ensinos básico e secundário;
- b) Promoção e dinamização do uso dos computadores, de redes e da Internet nas escolas;
- c) Conceção, produção e disponibilização dos recursos educativos digitais;
- d) Orientação e acompanhamento da atividade de apoio às escolas desenvolvida pelos Centros de Competências em Tecnologias Educativas e pelos Centros TIC de Apoio Regional.

A iniciativa e-Escolinha onde se enquadra a distribuição de um portátil (o Magalhães) a cada criança do 1.º ciclo do ensino básico, decorreu entre 2008 e 2011, enquadrada no PTE.

Embora não seja do domínio público a avaliação sistematizada dos resultados de cada uma das iniciativas, é certo que no seu conjunto ajudaram a um avanço, em alguns aspetos significativo, da utilização das tecnologias de informação no meio escolar. A resposta dada pelos professores e pelas escolas, durante o período de encerramento das escolas em consequência da pandemia Covid-19, apesar da falta de equipamentos e/ou equipamentos obsoletos e de poucos ou nenhuns apoios, é sinal disso. ■



Ensino a distância não substitui a escola nem o professor

• **Antônio Avelãs**

Dirigente do SPGL

1.

Um pouco de história

Cegos pelo crescente brilho e potencialidade das telecomunicações, uns tantos industriais, opinadores sobre tudo-e-nada e alguns professores apressaram-se a decretar “um novo paradigma” para a educação e para o ensino. Nesse “novo paradigma” o professor tenderia a ser substituído por “máquinas de ensinar”, reduzido a um residual papel de controlador, papel, aliás, que as máquinas poderiam também desempenhar.

Não comungo mesmo nada desta concepção que transforma as tecnologias em agentes primeiros do processo educativo. Ao longo dos

meus (quase) 40 anos de exercício como professor tive acesso a várias “tecnologias”, sempre usadas e pensadas como instrumentos de apoio. Algumas talvez hoje nos pareçam “ridículas”.

Os da minha geração ainda se recordaram do uso do “stencil”, uns encerados nos quais martelávamos as teclas das máquinas de escrever e que nos permitiam duplicar os testes, alguns textos, alguns apontamentos para os alunos. Era necessário ser bom dactilógrafo, o que não era manifestamente o meu caso nem o de muitos dos professores, pelo que nas secretarias das escolas havia funcionário para “bater à máquina” e imprimir num duplicador,

tarefa de que muitas vezes se saía com as mãos cheias de tinta preta. Havia um processo ainda mais rudimentar de “duplicação” através do uso de álcool, mas os resultados não eram brilhantes.

Uns anos depois surgiram os acetatos cuja utilização exigia um aparelho próprio - o retroprojeter. Havia dois ou três por escola, o que obrigava a uma gestão programada do seu uso. E sempre com o aviso solene de que tivéssemos muito cuidado porque as lâmpadas se fundiam muito facilmente e eram caríssimas. Em algumas escolas só um funcionário “especializado” o podia transportar para a nossa sala de aula. Muitos acetatos nós fazia-

mos! Gastávamos umas grossas canetas próprias para o efeito, que não eram baratas, tal como os acetatos, e tudo saía do nosso bolso. Tão “revolucionária” era esta tecnologia que muitas editoras passaram a enviar uns tantos acetatos pensados para ajudarem as aprendizagens e a tarefa do professor. Ainda guardo alguns, pela sua qualidade pedagógica. (Talvez possam ser pensados como os antepassados dos tão atuais *PowerPoint*).

Ao mesmo tempo surgiram os projetores de “slides” que as escolas adquiriam ou que se pediam ao Instituto de Tecnologias Educativas (I.T.E.) e que ilustravam, com fotografias, as matérias que ensinávamos. O I.T.E. disponibilizava também uns pequenos filmes, que considerávamos “o máximo”! Recordo o sucesso que tive nas minhas aulas de Psicologia com um filme sobre as crianças abandonadas (não tenho a certeza, mas penso que foi *O enigma de Kaspar Hauser*).

Até que nos anos 1990 surgem os primeiros computadores, que rapidamente se foram aperfeiçoando, que se foram tornando indispensáveis, que nos obrigaram a familiarizarmo-nos com essas poderosas máquinas e que justificaram uma série de iniciativas de formação de professores. (Veja-se neste mesmo EI o artigo de Anabela Delgado).

2.

A tecnologia nunca substituirá o professor nem a escola

Há na relação professor/aluno uma relação dialógica estruturante da função docente. Há na vivência da escola uma relação entre os jovens, estruturante da sua formação humana. Há na tarefa do professor uma dimensão formativa que em muito supera a mera função de ensinar conhecimentos, por mais importante que isso seja. Mesmo que admitamos que os computadores pudessem “ensinar as matérias” (e não creio que o consigam com a

exigência crítica e perspetivadora do professor), isso não tornaria menos necessária a presença do professor. Talvez a tornasse mesmo mais necessária, como meio de orientar os alunos face a uma enorme panóplia de informação que é necessário sistematizar, criticar e articular, para fugir às mentiras com aspeto de verdade (as agora chamadas “*fake news*”). A este propósito, e na sequência das implicações da pandemia Covid 19 no campo da Educação, a UNESCO fez publicar um relatório - *Nove Ideias para a Acção Pública - Educação, Aprendizagem e Conhecimento num Mundo Pós-covid-19* - sublinhando, entre outros aspetos, que “Embora a Educação não possa acontecer fora do âmbito pedagógico e da relação professor/aluno, também não pode ficar refém da tecnologia – como se poderia supor com o recurso ao ensino à distância”. Esta é uma “ferramenta formidável”, mas não pode ser uma “panaceia” e deve ser usada com cuidado, de maneira a não comprometer a privacidade”. “É uma ilusão pensar que a aprendizagem *online* é o caminho a seguir para todos.”⁽¹⁾

O mesmo relatório sublinha, com base no que defendem os especialistas, que “As escolas são espaços de vivência coletiva que não podem ser substituídos por ensino remoto ou à distância”.⁽¹⁾

3.

Investir na Educação é investir nos professores e nas escolas

Notam-se já as pressões das indústrias da informática e de algumas editoras no sentido de considerar que é no ensino à distância que os Estados devem investir preferencialmente. Há que ter um ajustado sentido das coisas. É justa a distribuição de computadores a crianças e jovens cujas famílias os não podem adquirir. É essencial que as escolas sejam apetrechadas com todas as condições técnicas que possibilitem o uso frutífero das novas

Há na relação professor/aluno uma relação dialógica estruturante da função docente. Há na vivência da escola uma relação entre os jovens, estruturante da sua formação humana. Há na tarefa do professor uma dimensão formativa que em muito supera a mera função de ensinar conhecimentos

e poderosas tecnologias. Mas é nos professores que reside o essencial do processo educacional nas diversas facetas da sua ação formativa. Por mais entusiasmantes que sejam, as tecnologias não são mais do que ferramentas ao serviço dos professores e dos alunos e o ensino à distância não é mais do que um recurso a usar com parcimónia.

Investir nos professores, porém, implica que o uso destas novas tecnologias como ferramentas pedagógicas faça parte da sua formação inicial e contínua.

Investir na educação é também investir nas várias dimensões da vida das escolas: uma gestão democrática orientada por perspetivas pedagógicas e não por visões meramente burocráticas, escolas onde os alunos tenham voz e, sobretudo, escolas que ajudem no difícil caminho para o combate às cada vez mais gritantes desigualdades sociais. É esta a escola pública de que precisamos.■

(1) Transcrição do artigo de Bárbara Wong, no Público de 20 de junho de 2020, pg.19, “Mais do que tecnologia, a UNESCO defende a relação professor/aluno no pós-pandemia”. O texto do relatório pode ser lido em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373717/PDF/373717eng.pdf.multi> https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373717_fre/PDF/373717fre.pdf.multi

“Estamos todos no mesmo barco?”

Foto: Designed by vectropouch / Freepik

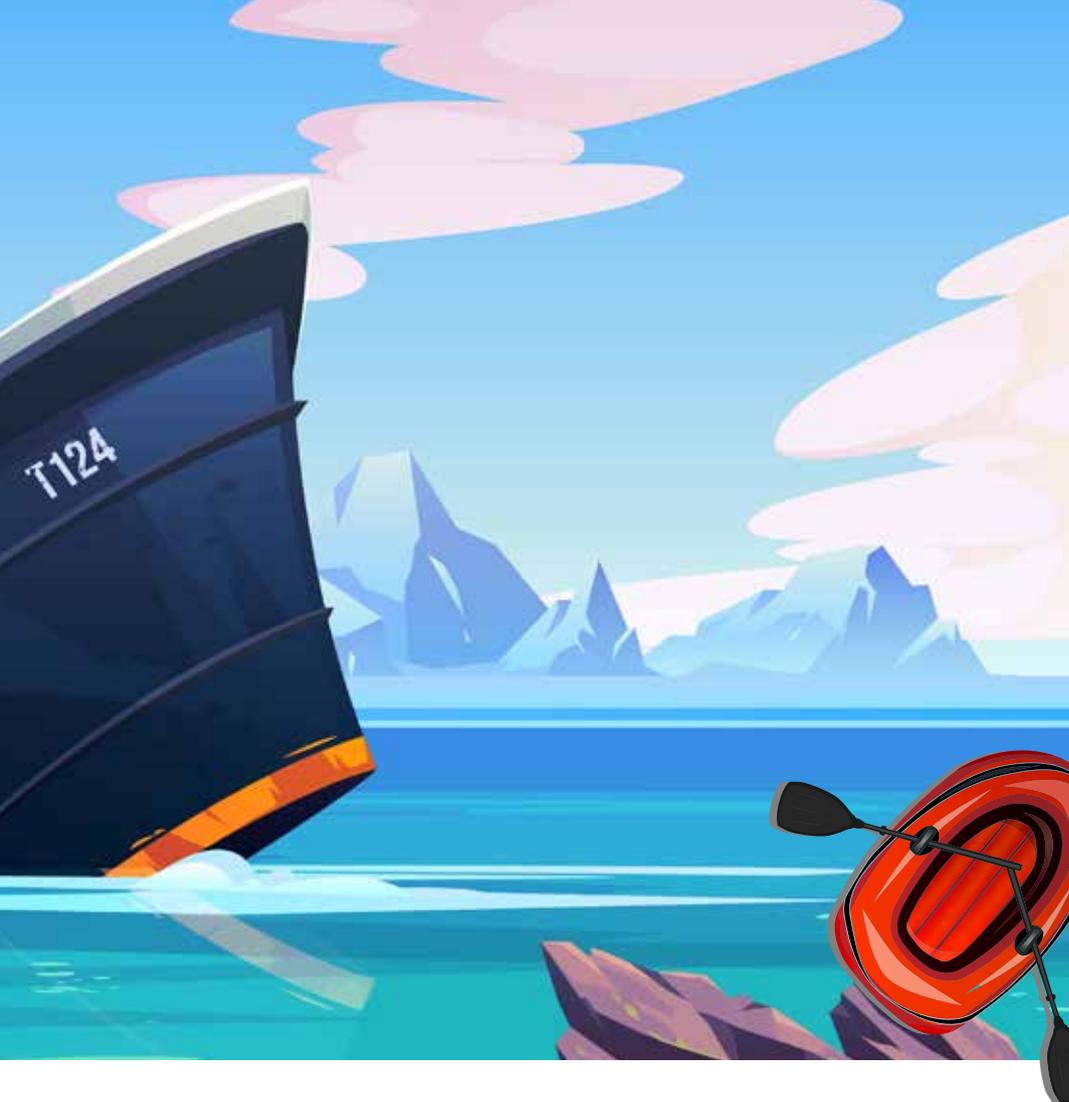
Joaquim Jorge Veiguinha

Segundo uma investigação da Escola Nacional de Saúde Pública, os concelhos em que a taxa de desemprego é mais alta são precisamente aqueles em que se regista o maior número de casos acumulados de covid-19. Ao contrário do que dizem alguns, a doença ‘distingue’ classes e grupos sociais, sendo por isso extremamente seletiva. Assim, os mais pobres e os trabalhadores menos qualificados têm uma probabilidade muito maior de serem contagiados quanto mais não seja porque, ao contrário dos trabalhadores mais qualificados e dos mais ricos, não estão em teletrabalho, vivem em apartamentos mais pequenos com uma família mais numerosa e utilizam diariamente os transportes públicos cuja oferta continua a ser insuficiente, aumentando em consequência o risco de contágio. O caso de Loures, por exemplo, como referiu o seu presidente da Câmara Municipal, é paradigmático relati-

vamente a este aspeto, pelo que não é de estranhar que a doença tenha infetado um número crescente de cidadãos no concelho. Mas toda a área metropolitana de Lisboa, com a sua elevada densidade populacional e as inúmeras manchas de pobreza e de trabalho temporário, não escapa à ressurgência do surto infeccioso. Não se pense, porém, que a seletividade social do vírus é um fenómeno exclusivamente português. Em todas as cidades dos países ocidentais este contamina os menos favorecidos, enquanto a quebra dos rendimentos e do emprego afeta as classes médias e médio-baixas, sustentáculos do Estado social, que veem as suas poupanças, já extremamente debilitadas com a crise de 2007-2008, caírem a pique ou desaparecerem por completo, agravando-se assim o seu processo de empobrecimento, já iniciado muito antes do confinamento. Crescem deste modo fenómenos de polarização social que acabam por beneficiar, em última instância, a ascensão da extrema-direita.

A Bolsa pula e avança

Em contrapartida, os mais ricos, sobretudo os muito ricos, são os principais beneficiários da crise pandémica. Relativamente aos Estados Unidos, mas o fenómeno é mais geral, poderemos mesmo dizer universal, o economista Joseph Stiglitz, prémio Nobel da Economia em 2001, não tem dúvidas a este respeito: “Nos EUA uma parte desproporcionada dos três mil milhões de dólares injetados na economia foi para os que mais têm, entre eles as grandes empresas. Os custos da crise estão a recair sobre os pobres e o dinheiro não os está a ajudar, o que aprofunda as desigualdades” (*El País*, 31.05. 2020). Na União Europeia a situação não é significativamente diferente. As medidas de apoio ao emprego e aos rendimentos dos mais desfavorecidos têm sido manifestamente insuficientes, sobretudo nos países do Sul, como Portugal e Espanha, em que as filas de pessoas que procuram comida nos



*“estamos todos no mesmo barco?”
Certamente que sim.
Só que esse barco é o Titanic, em que se salvam os que estão alojados na primeira classe, no topo do navio, e morrem os que estão no porão, os mais pobres, pois só há botes salva-vidas para os primeiros.*

bancos alimentares não têm cessado, apesar das ajudas e do estabelecimento de rendas mínimas em alguns países. A injeção de liquidez do BCE, apesar de ter contribuído para evitar o aumento dos juros da dívida pública dos países mais frágeis, faz parte de um processo de natureza universal que beneficia em última instância os mais ricos e sobretudo os ultra-ricos. Neste âmbito, os EUA de Trump, encontram-se na vanguarda. Assim, o índice Dow Jones da Bolsa de Valores de Wall Street, cujo valor registou uma quebra de 35% entre fevereiro e final de março de 2020, inverteu esta tendência a partir desta data, pois o seu valor pulou para 31%, apesar do aumento do desemprego, da brutal queda do PIB e das centenas de milhares de vítimas. A reativação da Bolsa associa-se à valorização dos títulos mobiliários, ações, obrigações e papéis comerciais das empresas, grande parte dos quais são detidos pelos ricos e ultra-ricos, contrastando, tanto nos EUA como na UE, com a insuficiência das medidas de apoio ao

emprego e aos rendimentos dos mais desfavorecidos que também morrem com muito mais frequência do que os mais abastados. Por sua vez, nos países emergentes, de que destaca-se o Brasil de Bolsonaro, as classes dominantes encontraram finalmente uma forma de ‘resolver’ a questão social: o extermínio dos mais pobres e das populações indígenas que morrem aos milhares mensalmente.

Alternativas

É imperioso encetar um novo rumo. Aumentar a progressividade fiscal, elevando o limite superior do escalão mais elevado dos rendimentos das pessoas singulares e aumentando o número de escalões, estabelecer a progressividade fiscal nos impostos sobre os lucros distribuídos e tributar fortemente as mais valias financeiras. Na Europa, alguns economistas propõem também o lançamento de uma sobretaxa de 1% sobre a fortuna e património dos mais ricos que auferem 22,5% do total da riqueza do continente, o que num período de 10 anos

permitiria financiar um plano de mais de um milhar de milhões de euros para combater a pobreza e as desigualdades (Fonte: *Público*, 25.05.2020). Devem também ser reforçadas as medidas de apoio aos rendimentos que não devem passar pelo estabelecimento de um rendimento básico incondicional, como alguns defendem, mas pelo alargamento das políticas sociais, nomeadamente com o pagamento integral dos salários dos trabalhadores que se encontram em situação de *lay-off*, o reforço das políticas públicas de saúde, de educação e de habitação condigna para todos. Parafraseando o filósofo italiano Paolo Flores d’Arcais, a ausência destas medidas leva-me a pôr sob a forma de pergunta uma frase muito divulgada por algumas estrelas mediáticas escandalosamente ricas: “estamos todos no mesmo barco?”
Certamente que sim. Só que esse barco é o Titanic, em que se salvam os que estão alojados na primeira classe, no topo do navio, e morrem os que estão no porão, os mais pobres, pois só há botes salva-vidas para os primeiros. ■



A pandemia como “oportunidade”: O Ensino Superior desmaterializado

Margarida Ferreira, Joaquim Pagarete, Catarina Gaspar, André Carmo
DESI-SPGL

Embora o ministro Manuel Heitor tenha recentemente proferido declarações⁽¹⁾ no sentido de que no próximo ano letivo todo o Ensino Superior (ESup) decorrerá em regime presencial, o último comunicado do MCTES sobre o processo de desconfinamento no contexto da pandemia de Covid-19⁽²⁾, de 15 de maio, no que se refere a 2020/21, indica que deverá manter-se a combinação de ensino presencial com ensino a distância (EaD). De acordo com o comunicado, “para apoiar este processo, foi lançada (...) a iniciativa «Skills 4 pós-Covid – Competências para o fu-

turo»⁽³⁾”. Esta iniciativa foi lançada a 12 de maio⁽⁴⁾, estando a decorrer até setembro a fase de preparação, com sessões de apresentação e auscultação, salientando-se que nem o SPGL nem a FENPROF foram contactados neste âmbito. É lamentável que os docentes e os seus sindicatos sejam sistematicamente excluídos em processos tão importantes e potencialmente transformadores da natureza das relações laborais como é este. As sete instituições de ensino superior (IES) escolhidas para as sessões de apresentação da iniciativa integram a rede de ESup público e estão localizadas de norte a sul do território continental. No entanto, estas sessões não substituem a discussão pública alargada deste programa que pretende introduzir mudanças profundas no ESup. “Skills 4 pós-Covid” é apresentada como uma iniciativa da DGES, em colaboração com as IES e empregadores públicos e privados, “de forma a estimular uma rápida adaptação em práticas e abordagens de ensino, aprendizagem, trabalho e investigação que será preciso consolidar para melhor preparar a transição para o período pós-Covid-19”. A iniciativa baseia-se num projeto em parceria com a EY-Augusto

zadas de norte a sul do território continental. No entanto, estas sessões não substituem a discussão pública alargada deste programa que pretende introduzir mudanças profundas no ESup. “Skills 4 pós-Covid” é apresentada como uma iniciativa da DGES, em colaboração com as IES e empregadores públicos e privados, “de forma a estimular uma rápida adaptação em práticas e abordagens de ensino, aprendizagem, trabalho e investigação que será preciso consolidar para melhor preparar a transição para o período pós-Covid-19”. A iniciativa baseia-se num projeto em parceria com a EY-Augusto

Mateus e num programa desenvolvido pela OCDE e pela CE, em que Portugal participa, juntamente com a Áustria, a Eslovénia e a Hungria.

Entre os seus objetivos, já a partir de 2020/21, destacamos algumas mudanças profundas e com impacto negativo, a saber: a efetivação de “um sistema de ensino misto e diferenciado em todos os níveis de ensino superior”; a alteração das horas de contato, “reconfigurando, dentro dos limites legais, as cargas letivas existentes”; a intensificação do alargamento da base de recrutamento de estudantes para o ESUP por via da profissionalização, reforçando as formações curtas, não conducentes a grau, nos Politécnicos, acentuando a clivagem num sistema binário anacrónico e desajustado; e fazendo depender cada vez mais a oferta formativa das necessidades dos empregadores.

A pandemia usada para atacar o Ensino Superior público e democrático

Trata-se de um aproveitamento da situação excepcional vivida neste setor no contexto da pandemia para tentar generalizar o EaD e promover a mercantilização do ESUP, escalando uma ofensiva que vem de trás. Poderá, verdadeiramente, ser a crise como oportunidade. Uma oportunidade para desinvestir ainda mais num sistema que já se caracteriza pelo subfinanciamento crónico, uma oportunidade para atomizar ainda mais uma força de trabalho pouco organizada e consciente dos seus direitos, em suma, uma oportunidade para desvalorizar ainda mais a função social do ESUP público.

É assim aproveitada esta crise para tentar implementar no ESUP ideias que já são antigas. Como referiu Veiguiha (2020)⁽⁵⁾, já em 1988 se defendia a digitalização do ESUP, a substituição do ensino presencial pela “interação à distância”, com a redução substancial do corpo docente, tendo o objetivo principal de acabar com a contestação e as organizações sindicais dos professores. O relatório da OCDE sobre o Ensino Superior e a Ciência de 2019⁽⁶⁾ já sugeria as linhas de ação vertidas nesta iniciativa. Também no Contrato de Le-

gisatura para o Ensino Superior⁽⁷⁾ e no OE para 2020 foi inscrito o crescimento do EaD como objetivo, enquadrado na estratégia da UE. Assim, vêm as orientações da OCDE, tal como antes, servir para legitimar opções políticas para o ESUP, como referido por Carmo (2018)⁽⁸⁾.

Há que distinguir a situação de emergência vivida neste semestre daquela que é uma ofensiva contra o ESUP. Durante este período de exceção os docentes e estudantes estiveram à altura do desafio enfrentado e ajustaram-se às condições de confinamento, adaptando-se a um regime de ensino de emergência não presencial, que tem sido referido como EaD, mas na realidade não cumpre as condições desse tipo de ensino.

Apesar do louvável esforço de docentes e estudantes, esta solução temporária trouxe inúmeros problemas, não sendo viável prolongar-se, salientando-se as insuficiências pedagógicas, a exaustão e a desregulação do trabalho e da vida pessoal, a falta de condições, nomeadamente as condições materiais para acompanhar o ensino não presencial, receando-se um aumento do abandono escolar, e a diminuição da democracia e da participação nas IES. A intensificação digital trouxe consigo uma desumanização do ensino e da aprendizagem.

Por outro lado, a aprovação do regime jurídico do ensino superior ministrado a distância (DL n.º 133/2019, de 3 de setembro) constituiu um passo para a regulação deste tipo de oferta no ESUP. O EaD é salvaguardado como “modelo alternativo” para a qualificação de um público “fora da idade de referência” e/ou que por razões de ordem profissional e/ou geográfica não pode frequentar formações de natureza presencial. Reconhecendo a importância do EaD, o seu caráter excepcional deve ser reafirmado, quando se pondera a sua generalização no futuro próximo.

Adicionalmente, se neste DL se reitera o importante papel da Universidade Aberta como entidade de referência que deverá ter um papel ativo no desenvolvimento do EaD, não se compreende que no contexto da iniciativa “Skills 4 pós-Covid” esta IES nunca seja referida. Pretender-se-á escamo-

tear a noção de que já existe em Portugal uma IES pública que desenvolve toda a atividade num regime de EaD? Saber-se-á, contudo, que mesmo esta não dispensa uma componente presencial quando se trata de avaliação, sob risco de comprometer a integridade académica?

Ora, são inaceitáveis este aproveitamento da situação de pandemia e esta ofensiva de generalização do EaD e de mercantilização do ESUP, agravando o atual desinvestimento e a exploração dos trabalhadores docentes. O desenvolvimento da aplicação das novas tecnologias no ESUP e na ciência tem de ser instrumento de democratização e não de mercantilização, elitização e precarização.

A FENPROF pediu uma reunião ao MCTES⁽⁹⁾, para discutir várias questões, entre elas a iniciativa “Skills 4 pós-Covid”. Sem demonizar ou temer quaisquer ganhos que possam decorrer da maior imbricação digital das IES e dos seus processos de trabalho, o SPGL e a FENPROF consideram que esta questão não pode ser conduzida de modo adequado se não envolver todos os intervenientes no sistema e se não for feita com a tranquilidade que os dias que vivemos não possuem. Um tema como este não pode ser discutido de modo apressado, em jeito de facto consumado, como demasiadas vezes ocorre, e pondo de lado os trabalhadores e as suas organizações sindicais. ■

⁽¹⁾ <https://www.lusa.pt/article/l-yDokdESPTUVdj5xeMTVDMSZM5iuS11/ensino-superior-vai-ser-de-certeza-presencial-a-partir-de-setembro-ministro>

⁽²⁾ https://www.wcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/comunicado_mctes_desconfinamento_v15maio2020_rev_1.pdf

⁽³⁾ <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=853001c2-fff0-416a-9643-8f078b706b60>

⁽⁴⁾ <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=3aba4ade-9808-4286-8238-4776b64c7f2f>

⁽⁵⁾ Escola Informação Digital, 27: 17-18 - <https://www.spgl.pt/escola-informacao-digital-no-27-maio-2020>

⁽⁶⁾ https://www.oecd-ilibrary.org/education/oecd-review-of-higher-education-research-and-innovation-portugal_9789264308138-en

⁽⁷⁾ <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=d2607a18-51c9-489c-a61c-1ff420dab2f0>

⁽⁸⁾ Escola Informação Digital, 17: 11-14 <https://www.spgl.pt/Media/Default/Info/27000/600/0/2/EI%20DIGITAL%20N%17.pdf>

⁽⁹⁾ <https://www.spgl.pt/fenprof-pretende-reunir-com-mctes-e-participar-na-definicao-do-futuro>

É já mais do que tempo de construir um novo paradigma de Escola e de Sociedade

Ana Cristina Gouveia
Dirigente do SPGL

Esgotada... sinto-me verdadeiramente esgotada. Todos os dias mantenho a rotina de acordar cedo, incluindo os fins-de-semana, sete dias por semana, não saio de junto do computador, do correio electrónico, do telemóvel. A pressão permanente e inconscientemente sentida de que posso ser acusada de incompetência caso falhe a resposta a um e-mail no espaço de cinco minutos, de ser uma má mãe que não consegue acompanhar o filho que, no 12º ano, sente a ansiedade de um final de ano virado de pernas para o ar e de realizar todas as tarefas domésticas associadas ao viver em família 24 sobre 24 horas, isto é estar em teletrabalho.

Embora forçados a ficar em casa, vivemos sob uma culpa constante de provar a nossa existência enquanto profissionais como se fosse nossa a culpa das ordens expressas para estar em casa diante de uma calamidade que nos toca a todos.

Não obstante, não podemos deixar de ver a verdade para além dos factos, esta é uma excelente oportunidade para expirar, renegociar e precarizar condições de trabalho e quando isto tudo acabar, de bom grado trabalharemos por meia dúzia de tostões e sem quaisquer condições ergonómicas de trabalho, sob pena de nem isso ter.

Por isso não consigo retirar os olhos do computador ou do telemóvel como se de tal dependesse a minha vida. E sinto que depende.

Como se não bastasse não ter vida propriamente dita e a sinta constantemente em risco, receamos por acréscimo perder o emprego. A verdadeira batalha trava-se dentro de cada uma das nossas casas e achamos que ganha quem responder mais depressa ao e-mail ou sms das chefias, dos encarregados de educação, dos diretores de turma.

Não me atrevo a abrir um livro, a ler o jornal, a ver televisão ou um filme, almo-

çar calmamente com o filho e o marido. A toda a hora há receção e correção de trabalhos de alunos, telefonemas, what-sapps urgentes e reuniões de trabalho por videochamada, que me obrigam a desligar o microfone e a câmara de vez em quando para responder àquela dúvida do filho ou receber as compras que encomendei online. As horas e os dias são passados de olhos nos ecrãs, ora do telemóvel ora do computador que tenho de partilhar com o marido e o filho. Dormir mais de seis horas nem pensar e a disponibilidade é contínua.

Mas não... isto não é um dia normal de trabalho, nem sequer é um dia normal, os dias não são normais, as semanas não são normais, já não eram, agora muito menos. E nem sequer nos podemos queixar ou falar com alguém, estamos sós, isolados... achando que não somos suficientemente competentes... que nos falta sempre alguma coisa...

Não obstante, face à persistência do estado de calamidade devido à pandemia e no que concerne ao futuro, considero prudente ponderar-se o próximo ano letivo com a possibilidade de ensino digital, pelo menos parcial ou em caso de necessidade. A solução encontrada do *#EstudoEmCasa* na RTP parece-me ser algo de positivo e que deve continuar em permanência mesmo após esta situação de pandemia.

Que todos concordamos que tem de ser melhorado? Claro que sim. Tudo na vida pode ser melhorado, aperfeiçoado, mais conseguido. Abrindo desde já caminho à revisão dos horários de trabalho dos pais ou encarregados de educação. As crianças não podem estar todo o dia na escola como se fossem funcionários com um emprego. Ver a escola a tempo inteiro como algo de positivo é algo que tem de ser verdadeiramente repensado. A escola não deve ser assim, a escola não deve ser um "armazém de crianças". Os miúdos precisam também de estar no seu ambiente pessoal, com tempo para brincar e crescer. E redigo, em casa. Só fruindo dessa expe-

riência de alguma calma e desse sossego, desse crescimento, desbravando os seus caminhos e relações sociais, poderão esses miúdos formar a sua personalidade e vir para o Mundo de um modo mais sereno, tomando consciência dela como elementos únicos da sociedade para a qual deverão depois contribuir em pleno.

Que é já mais do que tempo de se escutarem todos os intervenientes e de deixarmos de ter programas e debates sobre Educação sem a presença e a participação de professores de diferentes ciclos de ensino e linhas de pensamento pedagógico. Professores provenientes de diferentes realidades profissionais, no ativo, ou já aposentados, mas com enorme experiência profissional, em suma, professores que conheçam verdadeiramente o terreno que pisam e que dele falem abertamente na tentativa de resolverem os problemas que marcam o quotidiano das escolas em Portugal.

Que é já mais do que tempo de deixar de dizer mal dos profissionais de educação e ensino. É já tempo de perceber o que está a montante das dificuldades que habitualmente se pede à Escola que resolva e que não lhe podem ser imputadas. Tempo de os empresários perceberem que os seus colaboradores têm filhos e que isso deve ser visto como algo de extremamente positivo e não como um fardo para as empresas.

Que é já tempo de não se inverterm as prioridades tendo como objetivo servir uma economia que exige tudo a quem trabalha e pouco ou nada oferece de volta. A começar pelo tempo que não existe para estarmos com os nossos filhos, com os nossos idosos, com as nossas famílias.

Que é já mais do que tempo de construir um novo paradigma de Escola e de Sociedade em que haja tempo para o que verdadeiramente importa, a vida.

Como diz a canção ... é já tempo de arrumar a trouxa e zarpar...

Tempo de ter tempo.

Tempo para se ser humano e feliz. ■



Designed by macrovector / Freepik

Os professores não pararam!

Teletrabalho ou Ensino à Distância

Luísa Teixeira Barbosa
Direção do SPGL

O teletrabalho, trabalho remoto ou Ensino à Distância – três realidades de um novo regime de trabalho para muitos trabalhadores -, uma realidade praticamente desconhecida até aqui! Desde a declaração de estado de quarentena, a 12 de março, e numa das mais importantes e radicais medidas tomadas pelo governo, aconteceu o encerramento de todos os estabelecimentos de ensino, bem como das atividades letivas e não letivas presenciais, tendo os estabelecimentos de ensino fechado no dia 16 de março do ano que decorre. Só mesmo um estado de Mitigação e Emergência / Calamidade, causado pelo alerta da existência de uma nova pandemia mundial, poderia colocar, em apenas 8 dias, todos os alunos e professores em casa, numa relação de Ensino à Distância, sem que se tivesse em conta o que já estava escrito no Código de Trabalho. O tema é complexo pelos atributos que nos são sugeridos

pelo subtítulo. Conforme alguém disse, este não foi propriamente o “teletrabalho” regulamentado, este foi “o trabalho possível para dar resposta à necessidade de conter uma pandemia”. Ora, em situações normais, estar em teletrabalho implica um acordo entre empregador e trabalhador através de um contrato escrito e que só poderá concretizar-se se “houver compatibilidade com as funções” e se houver capacidade do empregador fornecer os meios informáticos e de comunicação para o efeito, o que até aqui não se padronizou nas escolas em Portugal.

Previu-se uma grande catástrofe e as escolas não fecharam: algumas foram cautelosamente preparadas para um grande pico da doença e convertidas em hospitais de retaguarda e, no levantamento das necessidades sociais dos alunos e famílias, continuaram a servir refeições aos alunos carenciados e aos filhos dos profissionais de primeira linha, bem como se organizaram novos horários para que os professores continuassem a ensinar, bem como uma rede de apoio aos alunos com diversas necessidades especiais que tiveram

também o objetivo de impedir o isolamento social e o aprofundamento das suas carências.

O país entrou em estado de choque e os alunos e professores instalaram-se nas suas casas com os equipamentos informáticos e de comunicação possíveis, que alguns tinham e que alguns não tinham. Aquando do anúncio do governo, já nas nossas casas choviam notícias e ordens via email e telefónica que serviam, por vezes, o desnoite com ordens contraditórias e pouco amigáveis, mas que tinham a intenção subjacente de preparação mínima para exercer a nossa profissão através de plataformas digitais, muitas até então desconhecidas, pois mesmo a antiga telescola tinha, no passado, servido só algumas franjas da sociedade.

Seguiram-se 8 dias de “tempestades” até que, em algumas escolas, se começasse a experimentar as novas plataformas possíveis para prosseguir não só a sua função própria de ensino-aprendizagem, mas também a de acompanhamento de crianças e jovens. O Ministério previa já o aumento da violência doméstica, os abusos morais e sexuais,

o aumento do abandono escolar. Se em algumas escolas já se exercia esse tipo de contacto electrónico, ainda que de forma marginal, no ensino pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos, os professores, com prejuízo da sua vida privada, já afetada pela ideia de um crescimento da pandemia, utilizando os seus meios próprios, com alto sentido de missão, com a certeza de que podiam fazer a diferença, dando o seu contributo social junto das crianças e até das suas famílias pois, conhecendo “o terreno” podiam ajudar a detetar problemas e a resolvê-los, os professores empenharam-se ainda mais, na concretização deste desígnio. Num país que ainda luta pela igualdade de oportunidades, com graves desequilíbrios regionais e sociais, sabiam que as desigualdades se iriam aprofundar e que as injustiças iriam recair nos mais frágeis.

O teletrabalho e os direitos dos trabalhadores

Antes desta situação de crise, era já possível ao empregado requerer “prestação laboral em teletrabalho” se tivesse filhos até 3 anos de idade ou em caso de ser vítima de violência doméstica. Para que tal fosse exequível, o contrato de trabalho, previsto no Código de Trabalho, passado a escrito, deve respeitar direitos e deveres: a entidade patronal deve fornecer os instrumentos de trabalho, pode ainda ser responsável pela “instalação, manutenção e despesas” relativas a esses instrumentos, deveria respeitar os direitos de descanso e de repouso, a remuneração dada por inteiro, é seu dever, ainda, criar momentos de aproximação da empresa e colegas, de forma a evitar o isolamento social; do lado do trabalhador, em princípio, tem o direito ao subsídio de alimentação e está sujeito ao controlo da sua atividade através dos instrumentos de trabalho, numa visita que a entidade patronal pode combinar fazer a sua casa; tem, ainda, direito ao seguro de acidentes em serviço e o direito a receber a formação adequada à utilização das tecnologias, bem como não pode ser prejudicado na avaliação para progressão na carreira.

No entanto, é interessante recordar que uma onda de responsabilização dos

recursos humanos da Escola, nomeadamente dos docentes, neste grave momento de quarentena, comprometeu-os com horários desregulados e, sem qualquer formação, a iniciar um período de Ensino à Distância, onde estes entraram no espaço privado da família e esta, por sua vez, entrou no espaço privado do professor. Obrigados à necessidade de isolamento social, os professores, que são quadros bem preparados tecnicamente e bem experientes, reinventaram-se pedagogicamente e redobraram-se em esforços de forma a chegar a todos os alunos. Não olharam às condições de trabalho pouco adequadas, ou ao desgaste sentido há muito, por uma profissão burocratizada e stressante, à carreira depauperada pelos anos de congelamento e falta integral de contagem de tempo de serviço...entre outras condições degradantes e que certamente farão parte de um caderno reivindicativo justo, no futuro. Apesar de tudo o que ficou dito, os professores suportaram com dignidade uma Escola em ebulição. Os professores, que são quadros altamente qualificados, foram declarados publicamente uma profissão imprescindível, emparceirando a missão de combate ao vírus mortal com todos os trabalhadores que não pararam, para suprir as necessidades da pessoa humana e da sociedade. E se alguém duvidou, passou a ter a certeza de que: nada substitui o Ensino em Presença, nada substitui o ser humano que é o professor. Em consequência, se havia quem não tivesse consciência, a relação estabelecida entre professor-aluno na Escola é imprescindível, tal como é igualmente necessária a consciência de uma forte colaboração com os pais, encarregados educação, e instituições locais diversas. Infelizmente, a resposta conseguida pôs a nu as desigualdades dentro do país, a pobreza, a diferença regional ... onde muitos não têm computador e algumas regiões onde não chega a rede de internet, ou chega em más condições. Assim, ficou patente que tal relação serviu medidas de emergência e serviu o mais eficazmente possível a sociedade. No entanto no futuro o Ensino à Distância compromete a socialização necessária de crianças, jovens e até adultos, e requer uma regulação que deverá ser encontrada,

própria para os docentes e alunos, prevendo um futuro próximo onde se abrem novos horizontes e possibilidades de novos regimes laborais.

Abre-se um novo debate..., surgem agora novas oportunidades para os trabalhadores e, também para os professores, abrem-se novas perspetivas de trabalho pois, em nossa opinião, e como exemplo entre tantos outros, chegado o momento de um professor ser colocado em trabalho moderado, por questões de saúde, este poderá chegar a acordo e requerer o teletrabalho, pelo menos até 3 anos, tal como poderá acontecer com outras funções e também com aqueles que têm filhos menores até 3 anos, o que pode até ser uma medida incentivadora da natalidade, visto que muitos jovens poderão em casa trabalhar na escola.

Esta luta trouxe a oportunidade do reconhecimento social, e da legitimação da luta pela Escola Pública. Todos temos agora a certeza de que os professores fazem falta à sociedade e que a Escola Pública presta serviço de qualidade e facilmente se abre à comunidade com sentido de missão e solidariedade! Outras oportunidades no futuro serão levantadas... A Escola Pública não parou e os professores também não! ■

**Esta luta trouxe
a oportunidade do
reconhecimento social, e da
legitimação da luta pela
Escola Pública. Todos
temos agora a certeza de que
os professores fazem falta
à sociedade e que a Escola
Pública presta serviço de
qualidade e facilmente se
abre à comunidade com
sentido de missão e
solidariedade! Outras
oportunidades no futuro
serão levantadas...
A Escola Pública não parou
e os professores
também não!**

Os Aposentados mantêm as reivindicações



O Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, em tempo de pandemia e desconhecendo quanto ainda durarão os seus efeitos, quer lembrar que nos últimos meses anteriores à instalação do COVID-19 no nosso país lutámos pela valorização das pensões e as reivindicações em que nos centrámos para 2020, independentemente do conjunto das atualizadas na Carta Reivindicativa para o triénio de 2019 a 2022, e de que não desistiremos. Assim, com justa razão, segura coerência e determinação continuamos a exigir:

- Manutenção do SNS público, universal e gratuito cuja importância, mais uma vez, ficou bem patente neste tempo de sofrimento causado pela pandemia.

- A continuidade da ADSE, criada em 1963, como um subsistema complementar dos trabalhadores da Administração Pública e que em 2017 foi transformada em Instituto Público, custeado a 100% pelos seus beneficiários/contribuintes. Não a queremos ver transformada num seguro. É disso que se trata quando ainda há quem defenda que deva ser transformada em “mú-

tua”. Acresce que estes tipos de alterações só viriam agravar ainda mais os problemas existentes no SNS.

- A atualização real do valor das pensões, de modo a não haver perda de poder de compra para nenhum reformado/pensionista, sendo imperativa a alteração das regras de atualização.

- A atualização da tabela de retenção do IRS e das deduções específicas à coleta para os aposentados e pensionistas, compatível com a situação de aposentação/reforma.

- Concretização da alteração legislativa de modo a que as empresas com escasso número de trabalhadores e com grandes lucros, fruto do uso intensivo de tecnologias avançadas, contribuam para o sistema previdencial tendo em atenção a riqueza criada.

A pandemia demonstrou que as questões associadas ao envelhecimento têm de ser tratadas e decididas ao longo das nossas vidas e de uma forma coerente, por isso também valorizamos esta reivindicação:

• Definição e execução de um Plano Nacional e Global para o Envelhecimento e Dependência.

Desde 2002 que os governos portugueses assumiram este compromisso, na sequência da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento realizada em Madrid de 8 a 12 de abril. No Programa do Governo para 2020-2023 esta temática foi enquadrada em “III. IV. Envelhecimento e qualidade de vida”. Exigimos a concretização das medidas ali colocadas, considerando que combateremos aquelas de que discordamos e acompanharemos a concretização de outras com que concordamos.

Apesar da época que vivemos, com o “inimigo” representado pelo COVID-19, é oportuno reafirmar que o SPGL e a FENPROF, de forma coerente e de modo constante, continuarão a defender as reivindicações dos docentes aposentados, não obstante a luta ter sido adiada pelas contingências da pandemia.■



Almerinda Bento
Dirigente do SPGL

Já é tarde e o que aí vem...

Chegados ao fim de Junho, é tempo de arrumar dossiers, fazer balanço do ano findo e começar a pensar no ano que vem. Este ano, com quase quatro meses a vivermos uma situação excepcional e sabendo-se que essa excepcionalidade se irá manter, pelo menos até que se tenha uma vacina, aquela rotina de final de ano terá ou teria de ser diferente.

Durante este tempo dissemos repetidamente e assumimos que nada iria ficar como dantes. A Escola Pública reinventou-se, respondeu o melhor que pôde à emergência, utilizou intensivamente novas ferramentas comunicacionais, ficou com uma radiografia mais precisa das desigualdades que existiam na sala de aula e que ficaram mais patentes à distância, percepcionou a frustração por ter perdido alunos que simplesmente deixaram de estar, viveu o cansaço e a saturação de um estilo de funcionamento que muitas vezes roçou o desrespeito pelas horas de descanso e até de pausa para almoço, percepcionou o cansaço e a saturação de alunos e alunas que já antes não gostavam da

escola mas gostavam de ir à escola, percepcionou o desejo generalizado que o ano lectivo chegasse ao fim. E chegou.

Agora, a pergunta que se impõe é: qual o plano para o arranque do próximo ano lectivo? Do ministério, de forma burocrática, uma data – escolas irão abrir presencialmente entre 14 e 17 de Setembro – e as escolas terão cinco semanas para dar aulas de recuperação, para colmatar aquilo que não foi possível fazer nos quatro meses da pandemia! Temos de convir que uma resposta tão pobre por parte de um ministério com uma responsabilidade social tão relevante como é a educação, é deveras pobre e lamentável. Só isso senhor ministro Tiago Brandão? É verdade que há um mês lemos a sua entrevista em que falava do *b-learning*, sabemos que os milhões do orçamento suplementar vão para os recursos digitais, mas o silêncio é total quando se pensa no ensino presencial.

Porque a pergunta que se coloca é: como vai ser a Escola Pública a funcionar presencialmente em Setembro de 2020, quando temos a certeza de que ainda não haverá vacina para

a Covid-19? O distanciamento social e a higienização constante acrescida da protecção individual são os únicos instrumentos conhecidos até agora para prevenir a propagação do vírus e, por isso, outra coisa que sabemos é que o próximo ano não vai ser como os outros. Que plano para Setembro, que ideias tem o ministério e o governo para acolher os alunos, professores e assistentes operacionais nas escolas? São as perguntas que todos fazem, nomeadamente os pais e mães das crianças e jovens que ficaram confinados durante meses para impedir a propagação descontrolada da pandemia. Como vão estar os/as alunos/as na sala de aula, para cumprir o distanciamento social? Como vão ser desdobradas as turmas de modo a que isso se cumpra? Quando vão ser contratados novos docentes para responder às necessidades acrescidas pela nova realidade? E os assistentes operacionais, sempre em número tão insuficiente, quando vão ser contratados para dar resposta às novas necessidades? Que autonomia é dada aos estabelecimentos e aos agrupamentos para que, na sua organização e

funcionamento, a pedagogia assumam um papel determinante para ajudar a combater as desigualdades que se aprofundaram durante os meses de confinamento e de ensino à distância? Para quando repor a prioridade à pedagogia que tem andado tão maltratada e esquecida há mais de uma década por opções administrativas e burocráticas de organização das escolas? A Escola Pública, que respondeu de forma pronta aos desafios da emergência, merece respeito e o reconhecimento pelo trabalho feito. O governo não pode deixar ficar tudo na mesma, quando já antes da pandemia havia tanto para resolver e agora maior responsabilidade tem para responder de forma nova aos problemas acrescidos e às desigualdades que ficaram mais evidenciadas. Não vai ser a onda dos recursos digitais que vai ofuscar a opção insubstituível do ensino humanizado presencial, fundamental para o crescimento, socialização e bem-estar mental das crianças e dos jovens.

A autora escreve segundo o anterior acordo ortográfico

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

QUINTA DO MOCHO

Era uma vez um bairro de má fama...

• **Sílvia Baptista**

Quinta do Mocho nasceu ao norte de Sacavém, primeiro num amontoado de barracas e em 12 esqueletos de prédios inacabados. Depois cresceu num aglomerado de casas municipais com o esplêndido nome de Urbanização Municipal Terraços da Ponte. A roupagem foi mudada, mas para os seus moradores continua a ser Quinta do Mocho.

Para um bairro com um forte estigma social era essencial saber como os seus moradores viviam o seu dia a dia, quais seriam as suas perspectivas de vida e como agiam perante o muro que se erguia entre o seu bairro e os que viviam fora do bairro.

Lígia Calapez e Sílvia Baptista registaram as quase quatro dezenas de entrevistas realizadas a jovens com maior influência junto da camada mais nova dos moradores, a líderes religiosos das comunidades católica e islâmica, a associações de moradores com forte implantação local e a responsáveis de vários quadrantes políticos, culturais e sociais.

Desse trabalho realizado entre 2012 e 2013 resultou um livro onde "...se cruzam histórias de gente muito concreta e diversa – que tem um denominador comum: a partilha de vidas e vivências, de lutas, de problemas e de sonhos, no bairro da Quinta do Mocho".

Neste momento o livro apenas existe em versão digital. Para quem estiver interessado, contactar ligia.calapez@spgl.pt. ■

Quinta do Mocho



Legislação

I Série

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2020 de 15/06**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros decorrentes da celebração de contratos de associação

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2020 de 23/06**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos de patrocínio

• **Resolução da Assembleia da República n.º 31/2020 de 26/06**

Recomenda ao Governo que promova a

igualdade e valorize os salários dos trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2020 de 01/07**

Determina a fixação de prazos para a conclusão dos procedimentos referentes ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública

• **Resolução da Assembleia da República n.º 34/2020 de 03/07**

Recomenda ao Governo que crie um grupo de recrutamento na área da intervenção

precoce na infância

II Série

• **Despacho n.º 6352/2020 de 16/06**

Procede à alteração, para vigorar no ano de 2020, ao Manual de Apoio à Reutilização de Manuais Escolares, aprovado e publicado como anexo i do Despacho n.º 921/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 17, de 24 de janeiro de 2019

• **Despacho n.º 6573-A/2020 de 23/06**

Identifica equipamentos escolares para intervenções de remoção e substituição do amianto

Faltas por conta do período de férias

A matéria a abordar na presente rubrica do “Consultório Jurídico” encontra-se regulada no artigo 102º do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD). O regime legal desta matéria sofreu algumas alterações relativamente ao contido no mesmo preceito legal da 1ª versão do ECD. Assim, vou-me centrar na versão que a norma em questão possui atualmente.

De acordo com o quadro legal em vigor, ao pessoal docente é permitido faltar **um dia útil por mês**, por conta do período de férias, mas com o limite estabelecido até sete dias úteis por ano. Contudo, a gestão destas faltas não pertence aos docentes já que terão sempre que solicitar, para o efeito, a autorização escrita ao superior hierárquico competente (neste caso, O Diretor da Escola ou do Agrupamento de Escolas em que se encontram colocados) e com antecedência mínima de três dias. No entanto, e ainda a propósito desta matéria a lei prevê excepcionalmente que, no caso de não ser comprovadamente possível a apresentação do referido pedido nos citados termos, os docentes poderão apresentar a sua pretensão no próprio dia através de participação oral sendo que, neste caso, deverá a mesma ser reduzida a escrito no dia em que o docente retorne ao serviço.

Ainda sobre esta matéria, este preceito legal também prevê que as faltas a tempos letivos por conta do período de férias “... são comportadas de acordo com o nº 5 artigo 94º, até ao limite de quatro dias, a partir do qual são consideradas faltas a um dia.”

Ora, a disposição para a qual esta norma remete dispõe que “É considerado um dia de falta a ausência a um mínimo de horas igual ao quociente da divisão por cinco do mínimo de horas de serviço docente que deva ser obrigatoriamente registado no horário semanal do docente.” Isto significa que, para os efeitos em presença apenas são consideradas as horas letivas registadas no horário.

Isto significa que não são aqui consideradas as reduções a que se refere o artigo 79º do ECD nem as horas extraordinárias.

Assim, da conjugação do disposto nos artigos 102º nº 4 e 94º nº 5 do ECD e do artigo 77º do mesmo ECD resulta o seguinte:

- No caso do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico (cuja componente letiva é vinte e cinco horas semanais), as faltas dadas a 5 tempos correspondem a 1 dia de falta ($25:5=5$). No entanto, ainda neste caso, para além dos 20 tempos também equivale a 1 dia de falta;
- No caso dos restantes ciclos (incluindo a educação especial) cuja componente letiva é de 22 horas semanais) as faltas dadas a 4 tempos ($22:5=4,4$) equivalem a 1 dia de falta até ao limite de 4 dias, ou seja, a partir de 16 tempos uma falta a 1 tempo equivale a 1 dia de falta.

É sempre bom lembrar que, para quaisquer esclarecimentos adicionais às matérias abordadas nesta rubrica, deverão os docentes contactar os serviços do SPGL. ■



ctt correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 877769

**PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS**

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO RECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DEG0202020AC
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

COM O SPGL NUNCA ESTÁS SOZINHO



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
membro da FENPROF



SPGL